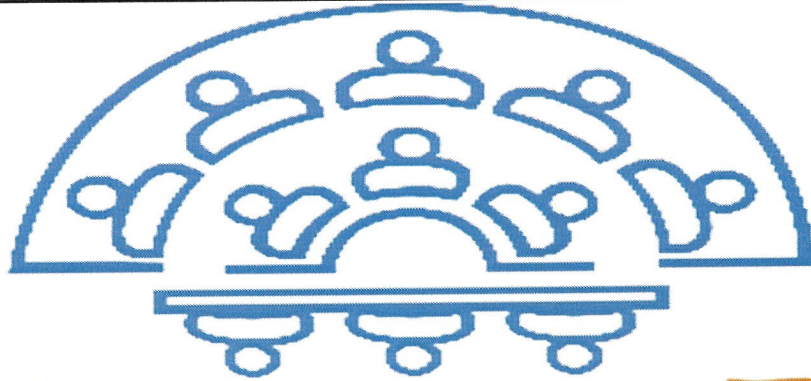


lh
Reda
M.



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 6

SESSÃO ORDINÁRIA

30 DE SETEMBRO DE 2022

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/11/2022.

M.
Pedro
M.

-----Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de Junho de 2022; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----
- **Ponto 2** – Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis - Taxa a aplicar em 2023; -----
- **Ponto 3** – Derrama – Taxa a aplicar em 2023; -----
- **Ponto 4** – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS – Taxa a aplicar em 2023;-----
- **Ponto 5** – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - Percentual a aplicar em 2023; ----
- **Ponto 6** – Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2022; -----
- **Ponto 7** - Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro;
- **Ponto 8** – Proposta de Alteração à Repartição de Encargos; -----
- **Ponto 9** – Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; -----
- **Ponto 10** – Proposta de Substituição de Elemento de Júri do Procedimento Concursal para Seleção de Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau;-----
- **Ponto 11** – Proposta de Designação de Júri de Procedimento Concursal para seleção de Cargo de Dirigente de 3.º Grau; -----
- **Ponto 12** – Autorização Genérica de Concessão de Apoio às Freguesias para o Mandato 2021-2025;-----
- **Ponto 13** – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

1h.
Pedro
M.



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

- Luís Miranda Rei;-----
- Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----
- Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----
- Luís João Fernandes Dias; -----
- João Augusto Leal Leonardo; -----
- Catarina Patrícia Valente Lopes; -----
- Ângelo Miguel Jorge Oliveira; -----
- Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

- Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----
- Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----
- Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----
- Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----
- Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariça; -----
- Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----
- António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----
- José Carlos de Sá Meneses –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----
- José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----
- Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----
- Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----
- Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

- José Manuel Rodrigues Aires; -----
- Altina da Glória Lopes Pinto; -----
- Diana Margarida Madaleno Cabeleira; -----
- Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----
- Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----
- Luís Miguel Lopes; -----
- António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

- Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

M
Pedro
M



Constituíram a Mesa: -----
Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----
Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----
Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos dar início à sessão ordinária do dia 30 de setembro de 2022. -----

la proceder à chamada. -----

Estão a faltar quatro deputados. Estão presentes vinte e quatro deputados, por isso temos quórum. -----

Está projetado o edital com os diversos pontos. -----

E no período de antes da ordem do dia, o primeiro ponto é o seguinte: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2022. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2022. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Abria as inscrições, não sei se alguém se quer pronunciar. Faça favor, Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É só para entregar um requerimento. -----

14
Pedro
P.A.



-----**O Presidente de Mesa:** É um requerimento relacionado com a ata, em que o Sr. Deputado António Júlio Andrade refere que na pág. 3 da ata anterior, no resumo da correspondência, está registada a seguinte declaração do Sr. Presidente da Mesa: *“Entrou um requerimento do Sr. Deputado António Júlio Andrade sobre uma obra ali na zona do terminal”*. -----

“Pois, sobre o mesmo assunto, quero dizer que até ao presente não recebi qualquer resposta àquele requerimento onde, pela quinta vez, pedia informação escrita sobre os pagamentos efetuados à firma Albano Paiva & Filhos, resposta que continuo aguardando.” -----

Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara Municipal depois poderá explicar, porque a mim, o que me foi dito é que foram dadas todas as respostas. Foi-me dito que da Câmara não poderá haver nenhum pagamento à firma Albano Paiva & Filhos, porque não há nenhum contrato com a firma, não há nenhuma empreitada. Mas isso, o Sr. Presidente da Câmara, se quiser, depois poderá responder. -----

Mas, as respostas foram-lhe dadas, e esta foi a resposta que me foi dada pela Câmara Municipal. -----

(Chegou o Sr. Deputado José Aires). -----

Relativamente à ata, Sr. Deputado José Aires, como chegou agora, quer intervir? Então, não há mais nenhuma intervenção relativamente à ata? -----

Iríamos passar à votação da ata. Como sabem, nos termos do CPA, só vota quem esteve presente na sessão do dia 30 de junho. Não pode votar os Senhores. Deputados Ângelo Oliveira, Alexandre Martins, José Meneses, Adriano Martins, Patrícia Neto e Diana Cabeleira. -----

(Chegou a Sra. Deputada Luísa Ferreira). -----

Vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, **com 19 votos a favor, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 30 de Junho de 2022”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 224/2022 a 283/2022 inclusive. -----

M
Pedro
M.

-----O **Presidente de Mesa**: Quanto ao Ponto n.º 1.2, Informação de correspondência, como sempre, está ali para consulta dos Srs. Deputados. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----O **Presidente de Mesa**: Sr. Deputado José Aires, faça favor. Como quer falar de dois assuntos, seremos mais tolerantes com o tempo. -----

-----O **Deputado José Aires**: Muito bom dia. Em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os restantes membros da Mesa, cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados, cumprimentar o Executivo, os Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Funcionários que prestam apoio a esta Assembleia, e o público aqui presente. -----

O assunto que me traz aqui tem a ver com o ponto anterior, da correspondência – Ponto n.º 1.2 do período de antes da ordem do dia – e, de facto, existem aqui dois requerimentos que eu apresentei na reunião passada que não constam da correspondência, que entreguei aqui na Mesa, e aos quais até agora não obtive qualquer resposta. -----

Nesse sentido, de acordo aqui com o Regimento da Assembleia Municipal, vou passar a ler os mesmos, para serem anexados à ata, e entregar novamente na Mesa.-----

Requerimento n.º 14/2022: -----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo

Assunto: Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo -----

Venho requerer a V. Exa., no usufruto dos direitos que me são concedidos pela alínea b) e c) do

n.º 1 do art.º 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo e pelos art.º 24.º

e 25.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se encontram transcritos no

Regimento da Assembleia Municipal, no art.º 3.º, n.º 2, alínea d), cópia dos seguintes

documentos e informações: -----

1. Declarações de representatividade dos participantes no Conselho Municipal de Juventude na reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2022, das seguintes associações / organizações: ---

1.1 AJUM (Associação de Jovens Universitários de Torre de Moncorvo) – Tiago André Pinto

Pavão; -----

1.2 UDF (União Desportiva do Felgar) – Ana Carolina Gomes Dionísio; -----

lh
Edmo
pl.



1.3 Juventude Partidária do PSD de Torre de Moncorvo (JSD – Juventude Social Democrata) – Álvaro José Venera Lopes; -----

1.4 Agrupamento de Escuteiros de Torre de Moncorvo – Rui Paulo Costa Teixeira.-----

2. Declaração de representatividade do participante no Conselho Municipal de Juventude na reunião realizada no dia 8 de junho de 2022, da seguinte associação / organização:-----

2.1 - Juventude Partidária do CDS-PP de Torre de Moncorvo (JP – Juventude Popular) – Luís Miguel Cascais Alves. -----

3. Identificação de todos os membros que fazem parte do Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo no presente mandato 2021-2025. -----

4. Cópia da folha de presença assinada pelos membros do CMJTMC na primeira e segunda reunião.” -----

Requerimento n.º 15/2022: -----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Assunto: Letering Monobloco – Torre de Moncorvo, instalado na entrada da Vila de Torre de Moncorvo, frente ao acesso ao IP2 -----

Considerando: -----

1. As declarações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal às questões colocadas sobre este tema na reunião da Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2022, que passo a transcrever: “... um agradecimento ao Sr. Deputado Luís Lopes pela magnífica intervenção quanto à forma como Hollywood colocou as suas letras. Eu não sabia, e fico-lhe agradecido por isso. E respondo-lhe já desta forma: a Sra. Arquiteta responsável por aquele projeto também não sabia. Já não está a trabalhar na Câmara, já saiu. Portanto, foi esse o projeto.” -----

2. Que até ao momento não foi dado provimento ao meu requerimento verbal, apresentado na referida reunião de 18 de fevereiro de 2022, de fazer chegar a todos os deputados municipais os documentos e projetos que foram efetuados. -----

Solicito a V. Exa. os seguintes documentos: -----

- Projeto de arquitetura; -----

- Termo de responsabilidade da autora do projeto; -----

- Declaração da Ordem dos Arquitetos; -----

- Parecer da DRCN (Direção Regional da Cultura do Norte); -----

- Data da aprovação do projeto pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e extrato autenticado da ata respetiva; -----

- Projetos de especialidades e respetivos termos de responsabilidade dos autores dos projetos -----

– muro em betão armado e rede de infraestruturas elétricas; -----

- Mapa de quantidades dos trabalhos a fornecer / executar. -----

M.
Pedro
M.



Consultado o Portal Base.Gov, considerando que a obra já se encontra executada e que o procedimento adotado foi a consulta prévia tendo como fundamentação o Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, art.º 20.º, n.º 1, alínea c): para a celebração de contratos de aquisição de bens móveis pode adotar-se a consulta prévia, com convite a pelo menos três entidades, quando o valor do contrato seja inferior a 75.000€.

Tendo em conta o especificado na Lei e que 58.700€ + IVA foi o valor do contrato realizado com Madalena Sofia Pires Martins Bento, quais foram as outras duas entidades convidadas a apresentar proposta?

Solicitam-se ainda os seguintes documentos:

- Pacto social da empresa adjudicatária;
- Proposta apresentada pela adjudicatária;
- Caderno de Encargos;
- Pagamentos efetuados.

E aproveito já, uma vez que pretendo apresentar um novo requerimento, apresento-o agora.

Requerimento n.º 16/2022:

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo

Assunto: Cartão Especial de Identificação – Pedido de emissão.

José Manuel Rodrigues Aires, deputado municipal, vem requerer a V. Exa. a emissão do Cartão Especial de Identificação, nos termos do art.º 16.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, modelo aprovado pela Portaria n.º 399/88, de 23 de junho.”

E passaria a entregar os requerimentos na Mesa.

Muito obrigado.

Pedia-lhe essa pequena tolerância, uma vez que tive que ler os requerimentos para constarem em ata, dado que os mesmos não foram respondidos, queria colocar aqui apenas duas ou três questões ao Sr. Presidente.

Queria falar aqui com os Srs. Deputados relativamente a uma situação que me tem preocupado. Na última Assembleia Municipal, se bem estão recordados, falei aqui numa questão que é premente e urgente no nosso concelho, que tinha a ver com o investimento mineiro que está a ser efetuado pela Aethel Mining Portugal nas ferrominas do Carvalhal, e expressei aqui a minha preocupação, realmente, com as dívidas que, segundo me tinha chegado, seriam já de largas centenas de milhares de euros.

Verifiquei no decurso entre essa Assembleia, de 30 de junho, e esta que agora estamos a realizar, por notícias que também vieram publicadas na imprensa regional e nacional, que existiu um arresto de bens sobre essa entidade por parte de um dos credores, cuja dívida, segundo a notícia, ascenderia já a 250.000€ - mais de um quarto de milhão de euros, só a essa entidade, sabendo-se que existem outras que estão na mesma situação.

Pedro
M.



Na altura, o Sr. Presidente da Câmara Municipal falou sobre o tema, em resposta às nossas intervenções – porque não fui o único a intervir sobre essa situação – e referiu que nada sabia, tudo desconhecia, quando antes – conforme foi demonstrado – cada vez que uma notícia era publicada, ele fazia uma intervenção pública a explicar o que é que ia acontecer. Portanto, sabia mais do que o próprio proprietário das minas. -----

Nesse sentido, a minha preocupação é ainda maior, e penso que a das Sras. e Srs. Deputados também, porque, efetivamente, são empresas locais, com sede no Município, que são fundamentais para o funcionamento da economia local, e que neste momento se veem em graves dificuldades financeiras devido às dívidas que se vão acumulando junto dessa entidade. Portanto, venho aqui também questionar – e depois, o Sr. Presidente, posteriormente, se quiser responder, por mim tudo bem, e acho que o deverá fazer – o que é que já foi feito por parte da Câmara Municipal e os contactos estabelecidos com o proprietário da empresa para resolver esta situação, e que tipo de garantia lhe foi prestada – porque eu não posso deixar de estranhar que desde a outra Assembleia até esta saiu essa notícia, acho que até coincidiu com o próprio dia da Assembleia, em que também veio a público essa situação que nós tínhamos aqui alertado, e posteriormente saiu uma notícia do proprietário, a dizer que era uma pausa técnica, e que ia retomar os trabalhos. Eu penso que não se verifica, até agora não tive conhecimento de que os trabalhos tenham sido retomados. E ao contrário do que é habitual, não foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo a prestar as declarações públicas à imprensa, mas foi o Presidente da União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha a indicar que estava descansado. Sendo que a empresa que promoveu este arresto de bens até se situa na sua União de Freguesias, pergunto se agora já está preocupado, e se conseguiu falar com o proprietário também, e que novidades é que nos trazem, e esclarecimentos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Só dizer-lhe que no período de antes da ordem do dia não há intervenções para a correspondência ou para outros assuntos. Diz o Regimento, que há uma intervenção de cinco minutos, só uma vez, para o período de antes da ordem do dia. Não há uma intervenção para a correspondência, e uma intervenção, depois, para os assuntos de interesse relevante para o Município. -----

Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Srs. Deputados, estimado público e funcionários. -----

M
Pedro
JA



No dia 28 de setembro, vi o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos dizer, relativamente ao TGV, e cito: “É a A1 ferroviária que vai permitir ao país encolher, e já ninguém para o comboio.” -----

Nesse sentido, pergunto ao Sr. Presidente, e até aos Srs. Deputados do PS, se sabem a situação da reabertura do troço da linha Pocinho – Barca d’Alva, e da eletrificação da Linha do Douro. Não vejo informação de nada sobre o assunto desde maio deste ano. Que apoios ou medidas para dinamização do interior ou contra a desertificação do mesmo existem por parte deste Governo? -----

Este Governo parece que quer mesmo encolher o país, restringindo-o ao litoral, e deixando o interior ao abandono. Daqui a dez anos seremos apenas uma reserva de caça, ou uma reserva turística. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, deputados municipais, funcionários municipais, estimado público. ---- Quando estava a preparar esta minha intervenção, pensei várias vezes em fazer uma retrospectiva do último ano e do trabalho desenvolvido pelo Executivo, correndo o risco de ser uma intervenção sem conteúdo e sem grande interesse; no entanto, estando em linha de conta com o que se tem passado no nosso concelho, praticamente há uma década. Por outras palavras, uma década perdida. -----

No entanto, Sr. Presidente, eu prefiro valorizar os aspetos positivos que aconteceram no último ano, e dar os parabéns ao Sr. Presidente por ter posto em prática algumas medidas que têm ajudado as pessoas do nosso concelho. Parabéns, Sr. Presidente, vejo que continua apaixonado pelo programa do Partido Socialista, e está a seguir o meu conselho, quando lhe disse: “Quando tiveres que copiar por alguém, copia pelos melhores.” Obrigado. -----

Sr. Presidente, apesar de você andar há muitos anos na política, na minha opinião, ainda não atingiu o grau de maturação suficiente que lhe permita aceitar todas as boas ideias que o Partido Socialista lhe tem oferecido nas reuniões de Câmara, para bem das pessoas do nosso concelho – por exemplo, apoio às IPSS’s, bolsas de estudo aos estudantes universitários do nosso concelho, alargamento do horário da Escola Visconde Vila Maior, entre outros. -----

Por que é que não tem a coragem, nem a vontade, de aceitar estas propostas, visto que é o seu último mandato? O que é que tem a perder? -----

Voltando à sua política e à sua visão de gestão autárquica, tenho aqui algumas observações e questões a que gostaria de saber as respostas. -----

Sr. Presidente, durante a Expo Moncorvo, onde tivemos o prazer de receber a Sra. Ministra da Agricultura, V. Exa. disse, entre outras coisas, e passo a citar: “Temos reservas de água, mas

14.
Edu
hjn.



pagamos a água mais cara.” Fim de citação. O que é que quis dizer com esta afirmação, e qual era o seu objetivo e destinatário? Desculpe-me intrometer-me nos seus discursos, mas não teria querido dizer: *“Felizmente, antes de eu ter sido Presidente de Câmara, temos de agradecer aos Executivos do Partido Socialista por terem tido uma visão de futuro e terem construído as barragens, as quais agora estão a ajudar a enfrentar esta seca severa. Mas, como eu defendo a privatização da água, decidi oferecê-la à ADIN, para assim ficar como um dos principais responsáveis pelo aumento da fatura da água, e também por não ter garantido a execução das obras na rede que permitiam reduzir as perdas, e consequentemente reduzir o valor da fatura.”*- Sr. Presidente, na última Assembleia perguntei-lhe qual o custo que a Câmara continua a ter com a água. E a muito custo, só depois de lhe pedir que respondesse, a resposta está no final da pág. 59 e no início da pág. 60 da ata. Entre outras coisas, o Sr. Presidente diz o seguinte: *“Nós não metemos dinheiro na empresa.”* Sr. Presidente, diga-nos lá quanto é que é o valor que a Câmara ainda continua a pagar por mês à ADIN. Na fatura vem lá um valor que diz “apoio do Município”. Qual é o valor total por mês? -----

E já agora, Sr. Presidente, antes desta reunião, estava em conversa com um empresário aqui do concelho, e ele disse-me que está à espera de um ramal, e esse ramal, a ADIN disse-lhe que teria que esperar, e o prazo de espera era de pelo menos três meses. Sr. Presidente, acho que é tempo a mais; se puder ajudar os empresários através da ADIN, para não esperarem tanto tempo por um ramal, acho que seria ótimo. -----

Ainda sobre a Expo Moncorvo, afirmou que estiveram presentes cerca de cem expositores. Não teria contado duas vezes? Eu até acho que em 2019 eram mais expositores do que este ano, e olhe que andava longe desse número. -----

Sr. Presidente, nos últimos meses, em artistas musicais gastou mais de 140.000€ - entre eles o DJ ???, Paulo Gonzo, David Carreira, os D.A.M.A., Cláudia Sofia & Minhotos Marotos. Atenção, neste valor não estou a incluir a sua *performance* enquanto artista na atuação com a Cláudia Sofia & Minhotos Marotos, acredito que o tenha feito de forma gratuita. Apesar de me parecer um valor extremamente elevado, que outros projetos prevê pôr em prática no nosso concelho que se aproximem deste valor? Projetos que ajudem o nosso concelho, ao nível socioeconómico. Ou só tem dinheiro para “pão e circo”? -----

Bem, e como o Sr. Presidente não está sozinho na sua cruzada, permita-me agora que me dirija aos seus Vereadores. -----

Sra. Vereadora Piedade Meneses, no colóquio “Agricultura em Trás-os-Montes”, a senhora disse, e passo a citar: *“É urgente criarmos pontos de água e pequenas barragens.”* Fim de citação, isto relativamente à seca que estamos a atravessar. -----

As perguntas que lhe faço são as seguintes: pode apresentar-nos resultados do estudo que, com

M
Rede
M-



certeza, já preparou, onde é que esses pontos de água e pequenas barragens podem vir a ser construídos? -----

Por último, mas não menos importante, quero dizer e perguntar ao Sr. Vereador Victor Moreira o seguinte: não sei se sabe, mas foi aprovada pela Comissão Europeia a atribuição de 300.000.000€ para a cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal. A pergunta que lhe faço é se nos pode dizer que projetos tem em carteira para serem desenvolvidos em Torre de Moncorvo. Ou vai acontecer como a propaganda da implementação do modelo pioneiro, que visava reduzir o valor da fatura da luz em 92%, promovido pela ACT Douro – Duero? -----

Para concluir, Sr. Presidente, politicamente, o que temos visto no último ano é que este Executivo tem mantido a coerência dos últimos anos – tirando as ideias que foi buscar ao programa do Partido Socialista. Está a levar o concelho para caminhos apertados, e a acreditar em algumas imagens que visam a promoção individual, está a encaminhar o concelho para um precipício. --- Mas, nós não vamos deixar. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, estimado público e funcionários, muito bom dia. -----

A minha primeira intervenção vai no sentido de dar os parabéns, aqui na pessoa da deputada Altina, à sua filha, pelo excelente desempenho que fez, e por enaltecer sempre Torre de Moncorvo, a nossa terra. Muito obrigado, endereço-lhe os meus parabéns. -----

Relativamente a fazer política de Oposição, que é muito importante, acho que é isso a democracia, mas também temos que ter alguns limites e saber fazer-se política de Oposição, fazer-se uma política construtiva, fazer-se uma política de ideias. Agora, chegar quase ao limite até mesmo roçar a falta de educação, isso é que é um pouco grave, e às vezes temos isso nesta sala – não por todos, mas por um ou outro deputado, que, de facto, deveriam considerar também as suas posições. -----

Relativamente ao que foi dito aqui pelo deputado José Aires, a Assembleia fiscaliza, de facto, o Executivo. Agora, fazer uma pergunta direta a um Presidente de Junta, acho que não faz grande sentido estar a fazer uma pergunta direta ali ao nosso colega, Presidente de Junta da União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha, o próprio tem as suas Assembleias para se justificar. --

Th,
Redo
MA.



E depois, há aqui outras situações que também gostaria de colocar ao Executivo. De facto, quem é que criou a ADIN? Quem é que privatizou as águas? Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara pudesse responder sobre isso. -----

E também, já agora, Sr. Presidente da Câmara, quais são as ideias do programa do PS que este Executivo aproveitou, ou que está a aproveitar. Eu também não consigo perceber quais são essas situações. -----

Por último, relativamente à última Assembleia, em que eu não estive presente, foi mencionado o meu nome pelo Sr. Deputado José Aires, relativamente à viagem ao Dubai. E relativamente à viagem ao Dubai, eu não fui na qualidade de Chefe de Gabinete, Sr. Deputado; fui na qualidade de Diretor de uma instituição, fui na qualidade de representante de alguns produtores. Deu algum fruto – não no Dubai, mas no Dubai conseguiram-se alguns contactos. E relativamente ao pagamento das despesas, que eu quero deixar aqui com a Assembleia, e se eventualmente você quiser consultar, que é o recibo e fatura, eu gostaria de deixar, foram pagas pelo José Carlos de Sá Meneses, eu próprio. -----

Mas, também fazia um exercício consigo: tente ver, ou solicite – uma vez que gosta de pedir tantos documentos – nos mandatos anteriores a 2013, quantas viagens o Executivo fez, só por curiosidade. Eu nunca fui perguntar isso, mas se calhar até levantou agora alguma curiosidade para que eu também veja se houve muitas ou poucas viagens, só para termos uma base de comparação com o atual Executivo. -----

E relativamente ao Sr. Deputado Diogo Oliveira, Sr. Deputado, o José Meneses não gosta muito de palcos, gosta mais até de estar à frente de um palco, a bater palmas, ou nos bastidores. Palco, pronto, o Sr. Presidente da Câmara, se calhar, conforme disse o deputado Luís Lopes, teve uma *performance* muito boa, eu também gostei da sua performance no palco, numa festa, num arraial, você deu show, e eu bati-lhe palmas. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento a Mesa, Srs. Deputados, Srs. Líderes dos Grupos Parlamentares, caros colegas do Executivo, público presente. -----

Bom, duas situações, para não dizerem que eu não respondo. -----

A maturidade consegue-se atingir de uma forma mais precoce ou de uma forma mais dilatada. Sr. Deputado Luís Lopes, não lhe vou responder, porque a sua maturidade foi de tal forma precoce que ultrapassou um ponto; é que tudo o que trouxe aqui é no ponto seguinte, onde diz “Apreciação da atividade municipal”. Portanto, se é da apreciação da atividade municipal, era aí

M
Edio
MA



que se deveria ter dirigido ao púlpito e fazer essas perguntas. Portanto, andou aqui com qualquer coisa que utilizamos como sendo precoce; foi com muita sede ao pote, foi precocemente lá, tem de ser no próximo. -----

Sr. Deputado José Aires, afirmar aqui que eu não disse nada, ou que eu disse que não sabia nada da atividade mineira, parece-me um contrassenso. Eu até tenho para mim que o Sr. Deputado é daqueles que mais reflete o que diz, que traz escrito o que diz, e que estuda aquilo que foi dito em Assembleias anteriores. Dizer que eu não disse nada é que me preocupa, preocupa-me a situação de não ter lido a ata, provavelmente sem tempo, porque se fosse à pág. 18 da ata veria o que é que eu tinha dito, e até a reunião que eu disse que tive com o Presidente da Aethel. E passando a dizer, disse-lhe que *“claro que esta situação me preocupa, e preocupamos a todos, até porque nós temos aqui algo que é nosso, que é um filão, que podemos retirar grande quantidade de matéria ferrosa, mas que tem tido alguns percalços. Eu ontem estive a falar com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Aethel, e o que ele me disse é que tem dois contratos, e que em breve será retomada a atividade nas minas de Moncorvo. Eu próprio lhe disse que havia aqui a circular rumores de dívidas, e o que ele me garantiu é que a empresa iria cumprir os seus compromissos.”* -----

Portanto, eu não posso ir mais além, porque não faço parte do conselho de administração, e continuo a não fazer parte. -----

Os Srs. Deputados, ou o Sr. Deputado quer fazer aqui uma guerra daquilo que não se conseguiu, que foi termos anos e anos, desde a década de oitenta, as minas encerradas. Eu acho que qualquer um que estivesse aqui na posição em que eu estou agora – nós ou vocês – tentaria, primeiro, que a concessão fosse cedida a quem quisesse explorar, e segundo, garantir que essa concessão seria pelo prazo que estava previsto contratualmente, que eram setenta anos, e com possibilidade de uma prorrogação de prazo. -----

Ora, essa é a parte onde qualquer Câmara Municipal, seja aqui, seja no Alentejo, seja no Minho ou no Algarve, tem que fazer, é junto das entidades competentes para desbloquear o processo ser um ativo junto do concessionário, ou do pretense concessionário, para a reabertura das minas. E isso, a Câmara Municipal fez. A partir do momento em que é dada a concessão, a Câmara Municipal não faz parte dos órgãos sociais da empresa. -----

Portanto, o que estamos agora aqui a discutir é outra coisa, é se a empresa está a cumprir, ou não, com os seus fornecedores. Eu espero que cumpra. O Sr. Deputado diz que não foram feitos pagamentos; o que eu ouvi dizer e que me foi garantido por alguns fornecedores é que alguns foram, e que há efetivamente dois que estão em litigância judicial. Ora, nós, enquanto entidade pública e enquanto Câmara Municipal, não vamos interferir na litigância judicial. O que me foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração é que não concorda com os valores que estão a ser calculados e peticionados. O que ouvi do autor foi o que li, como vocês leram nos

1h
Pedro
M.



jornais. Não sei qual é o preceito legal em que se basearam para intentar a ação, não pode ser só a dívida; há de ser a dívida mais alguma coisa, de certeza, não partiram para uma ação judicial sem haver outras razões. Ora, essas, eu não as conheço. -----

Agora, a Câmara Municipal, e todos nós aqui gostaríamos, obviamente, que se solucionasse esta problemática judicial e que as minas laborassem no seu normal, até porque o molhe de Leixões, como sabem, já há uma empresa a utilizar todo o material que saiu daqui para a construção do molhe. E eu espero não chegar ao ponto de essa empresa parar por ter falta de matéria-prima que vem daqui isso é que seria pior. -----

Agora, eu ouvi aqui dizer o seguinte: agora, vocês estão preocupados porque há uma série de fornecedores que não recebem, certo? Estamos todos. Mas, houve aqui um deputado do PS que disse que nem gasolina, nem ninguém mete lá nada. A população de Moncorvo não trabalha nas minas, nem nada. Foi aqui dito nesta Assembleia também. Se ninguém mete gasolina, se nem há fornecedores para a empresa, então não haveria que nos preocuparmos com o nosso concelho. Então, vamos ser realistas, havia pessoas do concelho que forneciam a empresa mineira, e é com isso que nos temos de preocupar. -----

Portanto, à Oposição não vale dizer tudo e mais alguma coisa, e o certo e o errado, e o mesmo e o contrário; temos que ter um perfil daquilo que queremos dizer. Neste contexto, não sei o que se passa, em termos judiciais; sei o que o Presidente da Aethel me disse, e que em breve estariam para avançar com um novo estudo de impacto ambiental. É isto que eu sei, porque têm que avançar para a segunda fase. -----

Quanto à eletrificação: bom, quanto à eletrificação, a eletrificação está parada. Nós temos uma linha que foi aprovada como abertura Pocinho – Barca d’Alva por unanimidade no Parlamento – por unanimidade no Parlamento – de alguma forma já se tentou lançar os procedimentos, já foi também muitas vezes propalado que iria ser este ano, mas também pela Ministra que está à frente foi dito que nunca houve um Governo tão centralista como este, e que, portanto, tudo isto tem dificuldades. E é a própria Ministra da Coesão que o diz, não somos nós; foi a Ministra da Coesão que o disse em Lamego: este é o Governo mais centralista do Portugal Democrático. E, portanto, se ela o diz, alguma razão terá. -----

Esteve para ser anunciada no dia 26, juntamente com a Sra. Ministra Ana Abrunhosa e com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, foi adiado agora para o dia 3, e a situação que temos é que se vai lançar só ainda o procedimento de eletrificação de Marco a Peso da Régua – portanto, ainda nem é do Peso da Régua ao Pocinho. Eu não sei onde é que anda o PRR, porque quatro quilómetros de metro que foram adjudicados para Lisboa custam mais do que custa a reabertura da linha, sendo também que o próprio Executivo Municipal – este Executivo Municipal – enviou para o gabinete do Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, uma linha que nós entendemos, e um projeto – já o projeto – que nós entendemos que seria o mais indicado para

M.
Redu
M.



retirar Trás-os-Montes – e estou a falar de Trás-os-Montes na sua totalidade – retirá-lo desta passividade e ligá-lo à Linha do Atlântico, que seria entre Pocinho e Vila Franca das Naves, exatamente. E foi esse o projeto que lhe enviámos, projeto esse que o próprio Ministro acarinha, que diz que, sim senhora, para ele também é o projeto que faz sentido, mas tem uma deliberação do Parlamento que é até Barca d’Alva. E temos que ter esse, e temos que também ser proativos e deixar de pensar que só podemos fazer o que Espanha quer, porque nós temos que pensar que temos que fazer Barca d’Alva, que é para depois aqueles povos que estão junto à fronteira exigirem que seja ligado a Salamanca, e conseguimos ter quatro patrimónios mundiais, ligação a três portos secos de Salamanca. E isso é importante, porque se nós ficarmos na expectativa do que vai acontecer, acontece-nos o que aconteceu esta semana: o Governo Português obrigou-se – obrigou-se – a assumir com Espanha que o caudal da água vai ser reduzido, porque os espanhóis vão fechar a torneira. E mais uma vez, são os territórios a que este Governo chamou de baixa densidade – e aí também podem citar-me, que eu digo sempre que são de alta intensidade – vão ser as barragens de Foz Tua e do Baixo Sabor a garantir o caudal de navegabilidade e de ecossistemas no Rio Douro. -----

Portanto, o que eu pergunto é: não deveríamos nós, esta região, ter uma diferenciação positiva naquilo que estamos a fazer? Primeiro, pelas barragens que temos cá; segundo, pela forma como estamos a contribuir para que todo o pacote económico – e aquele que mais garante a sustentabilidade em termos financeiros e económicos e que vive dela é o Porto, mas somos nós, com as nossas barragens, com tudo o que traz de bom e de mau, que vamos garantir a sustentabilidade da navegabilidade e o acordo de albufeira para o Rio Douro. -----

Mas, com isto, continuamos na mesma: qualquer projeto que se queira fazer no Sabor tem que ir ao ICNF e à APA, que só conseguem arranjar problemas, uns atrás dos outros. E mais, estamos há doze anos – doze – à espera do programa operacional da albufeira do Rio Sabor. Isto é insustentável para qualquer empresário que queira fazer um projeto. Doze anos, e as Câmaras não podem fazer nada – doze. -----

Mas, também não me posso esquecer – eu, de propósito, não estou a responder ao deputado Luís Lopes, porque lhe vou responder depois – e dizer-vos o seguinte: neste procedimento que estava para ser inserido, que era, depois, Peso da Régua – Barca d’Alva, já foi também cortado; agora vai ser Marco – Peso da Régua, e Peso da Régua – Pocinho. Ou seja, não sei quando é que vai ser. Mas, nós já estamos habituados, o aeroporto há de ser para 2024 ou 2025, quando já não estiver cá este Governo, 2026 ou 2027, a linha vai ser, e vamos estar sempre assim. E o PRR não vai chegar aqui. E estão aqui alguns representantes de IPSS, e que digam que linha do PRR para as IPSS chegou ao interior. Nem uma, tudo no litoral, tudo. Tudo no litoral. -----

E reparem só nas medidas que também foram adotadas, já no anterior quadro, e que nós votámos contra, em que só estamos a ver os agregados populacionais, e não em termos

1h,
Redig
M.



territoriais, em que a cidade de Vila Real – eu não estou contra que a cidade de Vila Real tenha recebido, acho muito bem – recebeu 16.000.000€, e Moncorvo recebeu 1.200.000€, tal como Mogadouro, tal como Vila Flor. Num acelerador financeiro, que é fazer uma pequena obra dentro daquele programa operacional, têm logo 10%, o que quer dizer que só Vila Real, numa obra de 500€, pode receber um acelerador, e recebeu um acelerador financeiro de 1.600.000€, mais do que as Câmaras de Moncorvo, Mogadouro, Alfândega da Fé, Vila Flor. Isto é que é fazer uma convergência nacional, ou pelo contrário, é cada vez mais alargar as diferenças que temos? ---- Portanto, temos de repensar isto, e é isto que temos de repensar. -----

Agora, quanto às águas, não fomos nós que criámos uma regra dos acordos multimunicipais, não fomos nós. O Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, criou uma regra sobre os acordos multimunicipais, onde só os Municípios que estivessem nos acordos multimunicipais podiam ir aos fundos de investimento estruturais, nomeadamente para saneamento e água, e redes. Só quem estivesse. E a ADIN conseguiu ir. A ADIN conseguiu ir, conseguiu ir ao BAE, com 15.000.000€. Como sabem, agora os territórios que estão aqui à nossa volta, por onde é que estão a ir? Ao ciclo urbano da água, a tentar ter financiamentos, quer para ETA's, quer para ETAR's, quer para a água, saneamento e redes. -----

Portanto, se repararem, foi este Governo – não este titular da pasta do ambiente, mas este Governo – que obrigou a que os sistemas multimunicipais fossem adotados, para ir aos fundos europeus. E mantém-se neste novo quadro. Neste novo quadro, só os sistemas multimunicipais é que vão poder ir a concurso neste tipo de ações, ao POSEUR. -----

Portanto, não venham aqui – porque eu sei que alguns aqui têm conhecimento disso, porque trabalham até em associações onde isso está a ser estudado, as Terras de Trás-os-Montes estão a tentar fazer um agrupamento multimunicipal para águas e saneamentos junto da Resíduos do Nordeste, foi chumbada já duas vezes pelo Tribunal de Contas, porque não aceitam que seja a Resíduos, tem que ser outra entidade, e tem que ser outro modelo, mas estão a tentar, para conseguirem ir aos fundos, senão não conseguem. -----

O Douro Sul está a fazer exatamente a mesma coisa, porque a pressão para se conseguir ir a fundos para estas medidas foi imposta por este Governo. Mas, eu não vou culpar só o Governo nacional; eu penso que esta situação vai ser transversal a toda a Europa – aqueles que já têm regiões, vai ser pelas regiões; os que não têm, têm que se agrupar, porque não se conseguindo agrupar, não vão ter acesso a fundos. E se lerem o que vem já no preâmbulo do 2030, fala exatamente dos sistemas multimunicipais para a água e para a rede de saneamento. -----

Portanto, o que foi criado foi uma obrigação para nós estarmos presentes. E deixem-me que vos diga uma coisa: com muitas guerras que possa ter dentro da ADIN, e no conselho de administração da ADIN, quando lá vou, tenho a certeza que foi uma boa opção. Ou como diz o

M.
Pedro
M.



vosso Ministro da Economia, por vezes temos razão antecipadamente, e isso é sempre difícil.---
Mas, tenho a certeza de que foi uma boa opção para as regras que vêm aí da Europa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Dizer, entretanto, que os Srs. Deputados já chegaram todos os deputados. Estão presentes os
vinte e oito membros que constituem a Assembleia Municipal. -----

----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Catarina Lopes** (Coligação PSD/CDS),
José Aires (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS), **Altina Pinto** (PS), **Luís
Dias** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes**(PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **Vítor
Vieira** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** E dava novamente a palavra ao Sr. Presidente para o Ponto n.º 1.-
O Sr. Presidente prescinde. -----
Dava a palavra à Sra. Deputada Catarina Lopes. -----

-----**A Deputada Catarina Lopes:** Muito bom dia a todos. Antes de mais, cumprimentar o Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia, o Executivo, e todos os presentes, incluindo também os
funcionários do Município. -----
Antes de mais, quero parabenizar o Executivo Municipal pela atividade municipal que se mostrou
mais uma vez diversificada, ao nível da cultura, da promoção da economia local, com a
realização também de mais uma Expo Moncorvo, com o apoio às famílias com crianças, com
dois programas ocupacionais na época de férias, com o apoio social à reabilitação de quatro
habitações indignas de famílias, através do projeto Movhera e “*Just a Change*”, com a promoção
do Município também, e salientando também na educação a oferta de todos os livros de fichas.-
Esperamos que se mantenha o foco, e que este trabalho seja contínuo – apesar de sermos
sempre aqui acusados de plagiar o programa eleitoral, não percebemos, realmente, se o
programa eleitoral é o que nós estamos a cumprir, por que é que não ganharam as eleições. ---
Aqui um aparte, que também foi falado no ponto anterior: realmente, os apoios do PRR a nível
das instituições, das IPSS's, têm sido um falhanço autêntico. Podemos dizer que antes do PRR,
nos próprios fundos comunitários, nós temos candidaturas desde 2018 que o Município apoiou
gratuitamente a elaboração de seis candidaturas, e que atualmente nenhuma delas recebeu um

único cêntimo. Temos termos de aceitação, pedidos de pagamento submetidos desde 2021, e continuam as IPSS's à espera desse reembolso. -----

Depois, posso falar aqui também na questão da IPSS, nomeadamente do Larinho, que submeteu uma candidatura já no âmbito do PRR, e outra no âmbito do PARES, em que o Governo nos classificou como território não prioritário. Volto a referir, território não prioritário. Agora, também deixar esta questão: realmente, se o Governo vê o nosso território como não prioritário para criar condições a idosos, a IPSS's que têm problemas estruturais – não estamos a falar de construções de raiz – realmente, qual é o foco e quais são as medidas que devem ser tomadas. Obrigada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Queria só deixar uma questão clarificada: efetivamente, quando eu disse que o Sr. Presidente não disse nada, eu até na última reunião, e nessa ata também consta – certamente como leu, e como esteve presente na reunião, teve a possibilidade de verificar – muitas notícias em que o senhor falou publicamente. Ou seja, muitas vezes ainda a empresa não tinha anunciado publicamente quando é que ia ser iniciado o investimento, ou os prazos, e o senhor já sabia e já dava entrevistas à imprensa regional e nacional sobre a questão das minas. -----

Quando eu digo que não disse nada, falou aqui na Assembleia, efetivamente, e essas declarações constam em ata, mas não identifiquei nenhum esclarecimento público à imprensa, não só para nos informar a nós, mas para informar os cidadãos e os empresários do concelho. Era a isso que me referia. -----

Passando à intervenção, podemos ver quer nos relatórios apresentados por V. Exa., quer nas publicações através dos meios audiovisuais, que várias atividades foram levadas a cabo pela Câmara Municipal em parceria com o CLDS Moncorvo 4G, nomeadamente o evento-âncora “Festival do Solstício”, realizado nos dias 24 a 26 de junho, e as Festas da Vila e do Concelho, que englobou a Expo Moncorvo III - Exposição de empresas, de 12 a 15 de agosto. -----

Consultada a lista das candidaturas aprovadas no POISE – Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego, vemos que a operação denominada “CLDS Moncorvo 4G” tem como beneficiária a Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo, e que o valor das despesas elegíveis totais atribuídas à operação é de 473.580,50€, financiada a 85% com o fundo aprovado, de 402.543,43€. O projeto teve início no dia 1 de julho de 2020, conforme publicação no site do Município. V. Exa. já teve ocasião de esclarecer este órgão municipal, na reunião de 26 de abril de 2021, que uma das obrigações deste programa 4G é um dos técnicos ser funcionário da Câmara Municipal. Através das atas das reuniões de Câmara, ficamos a saber que a

M
Pedro
M.



coordenadora do projeto é a Dra. Catarina Patrícia Valente Lopes, deputada municipal aqui presente. -----

Nos termos do Ponto n.º 17 do convite à apresentação de candidaturas ao POISE, as despesas são consideradas elegíveis se obedecerem às regras de contratação pública, nos termos do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivas atualizações e se forem respeitados os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflitos de interesse entre a entidade beneficiária e os seus fornecedores e prestadores de serviços. -----

Consultado o Portal Base.Gov, a entidade beneficiária só publicou até ao momento contratos no valor de 57.752,94€, em junho e julho de 2021, relativos à locação de viaturas, mobiliário e equipamento informático. -----

Tendo em conta: que os ateliers temáticos e *workshops*, ministrados por profissionais independentes a quem certamente serão pagos honorários pela prestação dos seus serviços, despesas elegíveis, bem como os serviços de formação ou consultadoria; que no Portal Base.Gov não constam mais contratos de prestação de serviços ou de fornecimentos além dos cinco realizados em 2021, no total de 57.752,94€; que já festejaram o segundo aniversário no passado dia 1 de julho, solicito que informe esta Assembleia qual a contribuição financeira do CLDS nas atividades / eventos desenvolvidos ao longo destes dois anos e em parceria com o Município. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado José Aires. Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, destacamos, no que toca à informação financeira, um aumento da dívida a terceiros, devido ao aumento das candidaturas a que o Município se candidatou, nomeadamente o Primeiro Direito.- A promoção das Festas da Vila e do Concelho e a realização da Expo Moncorvo, e a promoção do Festival do Vinho Sabor Douro. -----

Ainda a abertura da época da Escola Municipal de Futebol e a abertura das inscrições da Escola Sabor Artes. -----

Ainda gostaria de dar os parabéns ao Município, englobado na candidatura conjuntamente com a Associação de Municípios do Baixo Sabor, da certificação dos Lagos do Sabor como bio-ecorregião. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor.-

1h
Pedro
M-



-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente e os restantes elementos da Mesa, cumprimento todas e todos os deputados, o Executivo Municipal, as Presidentes e os Presidentes de Junta, os Srs. Funcionários e os membros do público. -----

Antes de começar propriamente a minha intervenção, pretendo referir que na última Assembleia Municipal questionei o Sr. Presidente da Câmara sobre se seria necessário emprestar-lhe algumas ferramentas de escrita. Se bem se lembra, o Sr. Presidente referiu, e passo a citar: *“Sr. Deputado Diogo Oliveira, a única coisa que eu retirei do que nos informou foi que estava na disponibilidade de me emprestar alguma coisa para eu escrever, e eu aceito já. Traga lá, que eu aceito e fico já com ele.”* No momento, não lhe entreguei, porque lhe quis fazer uma oferta especial e de valor. Desta forma, tem aqui uma caneta, que tenho todo o gosto de lhe entregar em mão. -----

Sr. Presidente, como pode verificar, é uma caneta da Juventude Socialista, a única juventude partidária em Torre de Moncorvo que pelo menos não necessita de ir buscar pessoas com mais de trinta anos para se fazerem representar no Conselho Municipal da Juventude. Ofereço-lha para que se lembre que existem jovens no Concelho de Torre de Moncorvo, os quais estão unidos na luta por uma causa: Torre de Moncorvo. -----

Através da análise da informação escrita acerca da atividade municipal, pretendo começar por elencar que segundo o acordo ortográfico, “atividade” se escreve sem “c”, Sr. Presidente. Não sei se o Sr. Presidente sabe, mas o acordo ortográfico é uma convenção internacional, e que em Portugal foi aprovada por resolução da Assembleia da República em 2008. -----

Não sei se o Sr. Presidente sabe, mas adicionalmente ao que referi no dia 13 de maio de 2015, cumpriu-se o término do período de transição para a aplicação do acordo ortográfico da língua portuguesa. -----

Por último, não sei se o Sr. Presidente sabe, mas escrever corretamente deve fazer parte do seu cotidiano, visto que para além de ser advogado, está a representar um Município, enquanto Presidente do mesmo. -----

Posto isto, pretendo fazer referência às seguintes atividades: visita da Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, no dia 28 de julho; celebração do Dia da Juventude, no dia 12 de agosto, com a realização de atividades de escalada, *slide e trampolins* no Parque Verde Eng.º Aires Ferreira; e a visita da Ministra da Agricultura e da Alimentação a Torre de Moncorvo, no dia 13 de agosto. -----

Faço referência a estas atividades porque muito critica V. Exa. o Governo Socialista, como já o fez por inúmeras vezes, e num espaço de dois meses, houve duas visitas do atual Governo. É caso para lhe perguntar: o Presidente do Partido da sua cor política já visitou Torre de Moncorvo?

M.
Pedro
M.



Quantas vezes? Quais são as ideias dele para o nosso concelho? Provavelmente nenhuma. Mas, o Governo Português parece que estabelece Torre de Moncorvo como uma prioridade. --- Relativamente à celebração do Dia da Juventude, foi uma opção ??? a realização de algumas atividades que referi anteriormente, mas gostava de o questionar se não seria porventura também interessante o Município incentivar à participação em atividades de contribuição a nível social, onde os jovens tivessem oportunidade de expor as suas ideias, debater as mesmas numa simulação de Assembleia Municipal, ou então em atividades de voluntariado, em que os jovens tivessem a oportunidade de deixar um pequeno cunho no nosso concelho. Acredito que assim não só se assinalaria o Dia da Juventude, como também o Dia da Juventude pudesse ter um significado ainda mais especial para Torre de Moncorvo. -----

Como sabe, Sr. Presidente, sou Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, interajo com os jovens do nosso concelho, e uma das principais tristezas – e quando falo em tristezas, é o facto de sentirem que a opinião deles não conta. O dar voz, o contribuir com uma atividade de voluntariado, permite que os façam integrar ainda mais no nosso concelho e sentir que é aqui que estão a criar valor. Atividades destas tanto se fazem aqui, como ali, como além, mas atividades como as que sugeri é que marcam a diferença e deixam um cunho no nosso concelho. -----

A ideia foi discutida até em reunião de secretariado da Juventude Socialista, e trago-a aqui, nas suas linhas gerais, a qual referimos aqui, para que fique registada em ata, porque gostávamos que fosse uma ideia para Torre de Moncorvo. -----

Adicionalmente, faço referência que quando decorrer o próximo Conselho Municipal de Juventude – o qual esperamos nós que decorra mediante os trâmites legais, e os membros possam finalmente tomar posse, ao fim de três sessões – também deixaremos esta proposta, para que fique registada em ata. -----

Costuma dizer-se que à terceira é de vez; vamos ver se em Torre de Moncorvo à terceira será mesmo de vez, porque os membros do Conselho Municipal de Juventude ainda esperam pela devida tomada de posse. -----

Sr. Presidente, passando agora para as obras em execução, verificamos que se encontra presente o arranjo urbanístico do espaço anexo ao Miradouro de Mós. Sr. Presidente, este tópico fez-me recuar às Festas de Mós de Torre de Moncorvo deste ano. Se bem se lembra, cruzei-me consigo. Naquele momento, o Sr. Presidente questionou-me se as obras do miradouro já tinham avançado, e se bem se lembra, eu disse que finalmente sim, que já estava na hora de o mesmo ser feito. Entretanto, o Sr. Presidente referiu que devia vir aqui dizer isso, e se também se lembra, eu ri-me. Provavelmente o Sr. Presidente deve ter ficado a pensar o por quê de me ter começado a rir. A resposta é básica, Sr. Presidente: comecei a rir-me porque não tenho problema em vir aqui referir que a obra está a ser feita, mas também não tenho problema em vir aqui referir que

M.
Pedro
M.



a mesma avançou devido a muita insistência por parte dos deputados do Partido Socialista, quando lhe perguntámos quantos mais cento e oitenta dias seriam precisos para a conclusão da obra. -----

Celebrar contratos é o primeiro passo, mas concretizá-los é ainda melhor. Por isso, Sr. Presidente, desta vez não chute a bola para o lado, para o empreiteiro, ou quiçá, caso se lembre, ainda diz que a culpa é de uma formiga qualquer que se atravessou à frente da estrada e inviabilizou a entrada das máquinas na Freguesia de Mós. Temos de ser conscientes quando assumimos um compromisso, e o Sr. Presidente, enquanto dono de obra, deve alertar para se fazerem cumprir os prazos, e deve falar com as entidades competentes, de forma a fazer um levantamento, para as obras não serem concluídas ao fim de tantos e tantos cento e oitenta dias. Sr. Presidente, tem efetuado a fiscalização da obra? Sr. Presidente, quais são os motivos do atraso da obra? -----

Quando não somos capazes de cumprir, devemos assumir, porque fomos eleitos pelo povo. E ao nos termos candidatado e termos assumido uma determinada função, devemos ter a responsabilidade de assumir que, de facto, não conseguimos cumprir, mesmo que tenhamos feito todos os esforços para que o mesmo fosse cumprido. Palavra dada deve ser palavra honrada, mas também já vimos que o mesmo só reside dentro do Partido Socialista. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra à Sra. Deputada Altina Pinto. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Muito bom dia ao Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Executivo, deputados e Presidentes de Junta aqui presentes. -----

No que diz respeito aqui à atividade descrita pelo Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a abertura de inscrições para o ano letivo da Escola Municipal Sabor Artes. No meu entender, deve ser feita mais divulgação a esta escola, porque a Escola Sabor Artes é uma mais valia para o nosso concelho, por todos os motivos – em particular sabem do que estou a falar, de a minha filha ter ido onde foi, e deu os primeiros passos aqui na Escola Municipal Sabor Artes. E agradeço todo o apoio concedido pelo Executivo. -----

No que diz respeito à requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo, como aqui está escrito, obras em execução, as obras da Escola Secundária ainda continuam. Uma vez que as salas do Bloco A já estão a funcionar este ano letivo, pergunto por que não foram colocados os estores nas janelas, porque os alunos que estão sentados junto às janelas estão diariamente com a cabeça exposta ao sol. -----

14.
Pedro
M.

Aqui neste último ponto surgiram-me algumas dúvidas, Sr. Presidente. Gostava que me explicasse, ou que fosse mais objetivo sobre *“em fase de estudo, projeto, candidatura, concurso. Diversos levantamentos topográficos, Lagos do Sabor, Serra do Reboredo, arranjos urbanísticos na sede do concelho e freguesias.”* Gostaria que me dissesse ao que se refere, relativamente aos Lagos do Sabor e à Serra do Reboredo, o que pretende o Executivo fazer. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia, Sr. Presidente da Mesa. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros desta Assembleia, todos os membros do Executivo, todos os membros do público presentes, e todos os membros da função pública. -----

Ouvi por parte do membro da Assembleia Diogo Oliveira que havia membros de uma juventude partidária no Conselho Municipal de Juventude que teriam mais de trinta e cinco anos. Já foi referido noutra Assembleia aqui, por outra pessoa, que pelo menos referiu o nome, e eu tenho a dizer que o Presidente da Junta do Larinho está indicado como representante do Grupo Municipal do CDS-PP, e não como representante da juventude. -----

Também ouvi falar ao membro desta Assembleia que o Governo, pelas visitas que fez, com os Srs. Ministros, ao concelho, que o concelho era prioritário. Bem, mas tivemos outro membro desta Assembleia, Dra. Catarina Lopes, a dizer o contrário, que a resposta por escrito foi que, para o PRR, não é prioritária esta região – por escrito. -----

Também ouvi a membro da Assembleia, Altina Pinto, que falava da Escola Sabor Artes. A Escola Sabor Artes não é a única instituição do concelho a dar formação musical, há outras duas, que são as Bandas Filarmónicas de Felgar e Carviçais. Neste momento, não existe nenhuma parceria entre estas várias instituições. Eu gostava de perguntar ao Executivo se pode mediar atividades conjuntas entre estas várias instituições de ensino musical. -----

Da atividade municipal não inscrita pelo relatório do Executivo, tenho a salientar que o BUPi continua a funcionar. Não sei se já fizeram o BUPi, que é o cadastro georreferenciado das propriedades rurais, dos artigos rurais, não sei se já fizeram, aconselho todos a fazer o mais rápido possível. Eu fui fazer, e deparei-me com alguns problemas com os limites. Os técnicos que estão lá, do Município, usam uma fotografia do Google, para aí de há três anos, nem têm as fotografias todas do Google, nem têm as fotografias todas do Ministério da Agricultura, que já existem desde o final da década de oitenta – ou seja, temos trinta e cinco anos de fotografias do Ministério da Agricultura que podiam ser usadas – temos voos na década de trinta da Força Aérea Alemã, temos voos na década de cinquenta e sessenta da Força Aérea Americana, disponíveis no Instituto Nacional Geográfico. Eu pedia ao Executivo se era possível arranjar mais

14.
Pedro
M.



ferramentas a estes técnicos do BUPi, neste formato de fotografias, para quem vai lá ter mais pormenor na hora de marcar uma fronteira de uma propriedade. -----

Da informação escrita do Presidente, tenho a salientar – como é óbvio, é sempre bom receber Ministros do Governo neste nosso Município, mesmo que essa Ministra não faça nada por ele. Mas, dessa visita, tenho a fazer uma questão muito específica ao Sr. Presidente e ao Executivo, que é: perguntou à Ministra alguma coisa sobre o projeto de regadio do sul do concelho – Peredo, Urros, Maçores? Foi-lhe dito alguma coisa pela Ministra sobre esse regadio? É porque eu tenho lido, por exemplo, a opção da Ministra para o Algarve, que tem graves carências de água, não é a dessalinização da água, como faz Espanha, que dessaliniza água para regadio agrícola, mas sim furos artesianos. Furos artesianos usavam-se há sessenta, setenta anos atrás, até França dizimar, por exemplo, com os aquíferos subterrâneos da Argélia, que foi uma catástrofe ecológica, que foi identificada já na década de oitenta. Ou seja, há quarenta anos atrás ficou decidido pelos técnicos agrícolas que os furos artesianos têm um grave problema *a posteriori*, que é secar completamente. E isto é a ideia que a nossa Ministra tem para a agricultura do país, foi o que propôs ao Algarve. -----

Não sei o que é que propôs, porque eu não fui convidado para participar na visita da Ministra, não estive presente na visita da Ministra, tenho quase a certeza de que o Sr. Presidente perguntou sobre o projeto de regadio, e era sobre esse projeto que eu gostava que o Sr. Presidente falasse. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes. Faça favor, Sr. Deputado, se considera que foi ofendida a sua honra ou consideração. Tem cinco minutos, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Acho que é um bocadinho exagerada a defesa da honra, mas, de qualquer maneira, é a única ferramenta que tenho neste momento para poder responder a uma questão que foi aqui levantada. Por isso é que vou usar, não no sentido de ofensa, não é esse o objetivo. -----

Quando falei na minha intervenção, agradeço ao Sr. Presidente da Câmara por me ter chamado à atenção, mas, depois da minha intervenção, veio aqui o Sr. Deputado José Meneses, e veio responder a algumas questões que eu fiz ao Sr. Presidente, foi ele que me respondeu – quer dizer, quem devia responder era o Sr. Presidente, mas foi ele. -----

Sr. Deputado José Meneses, eu bem sei que o senhor quer o lugar do Dr. Nuno, isso toda a gente sabe, mas Deus nos livre se isso algum dia acontece no Concelho de Torre de Moncorvo. Deus nos livre. -----

lh
Pedro
M.



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, isso não é uma defesa da honra, isso é uma intervenção política, desculpe lá. Defesa da honra e consideração é outra figura. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Por isso é que eu disse que poderia ser exagero, mas eu tinha que falar isto. -----

Falou em falta de educação da nossa parte; a falta de educação, só se estiver a referir-se quando você ofendeu o Vereador Adriano Menino. Eu não me lembro de haver aqui ofensas nesta sala, não me lembro. -----

Também disse que me bateu palmas num arraial, também não me lembro. Também não me lembro. Mas, se assim o fez, é sinal de que eu não estou nos bastidores como você. É a minha opinião, eu tinha que dizer isto. Agora, não sei se estou a exagerar em relação ao art.º 34.º, mas eu tinha que o dizer. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Nos termos do Regimento, a pessoa visada dispõe de três minutos para responder. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Deputado Luís Lopes, eu tenho que me rir, porque é de rir. Eu não respondi à sua intervenção, eu fiz questões, fiz três questões baseadas na sua intervenção aqui. -----

E relativamente às palmas, não foram direcionadas para o Sr. Deputado; foram direcionadas para o Sr. Deputado Diogo, e tem a ver com um arraial, tem a ver com as festas de uma aldeia, não tem nada a ver consigo. Não se sinta perseguido por mim, peço-lhe, porque eu até simpatizo com a sua pessoa, não se sinta perseguido. Você é que, de facto, gosta de pôr palavras na minha boca – já vem de trás, mas pronto, cá estaremos também, num futuro próximo, para resolver essas situações. Deus é divino, o que interessa é estarmos aqui com os pés assentes na terra, isso é que é importante. -----

Agora, relativamente àquilo que você disse, de eu ser mal educado com o Sr. Vereador Adriano Menino, eu peço desculpa, porque eu não me lembro em que momento. O Sr. Presidente que peça desculpa por ele, por mim peço eu. Eu não me lembro, e agora tenho que falar com o Sr. Vereador para saber qual foi a atitude em que eu fui indelicado, porque se o fiz, não era essa a minha intenção. Mas, eu irei esclarecer com ele. -----

E quando eu digo “a roçar a falta de educação”, é relativamente até mesmo à expressão, ou ao diálogo que aqui é implementado. Às vezes também penso que estou a falar alto demais, mas é uma expressão. Agora, a ler a ata, pode ter a certeza que dá-nos a entender que há algo a roçar

lh
Pedro
MA



a falta de educação, mas de um deputado, não é consigo. Mas, se você entender que é para si, lamento. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Espero que esteja tudo esclarecido. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----

Bom, Sr. Deputado Luís Lopes, “pão e circo” era o que nós tínhamos de forma encapotada, “pão e circo”. O que eu lhe posso dizer é que foram feitas – assim só para o que questionou – cerca de vinte ETAR’s e PETAR’s, que não havia, e foram feitas. E isso, não pode dizer que não foi, para além de uma reformulação na própria freguesia e na própria sede do concelho, os apoios sociais como nunca houve – reportámos mais apoios sociais do que apoios ao futebol, foi uma forma também de ser diferente. E portanto, poderíamos ir por aí. -----

Mas, o que eu lhe quero dizer é que quanto à pergunta que fez sobre a ADIN, o Município não coloca dinheiro na ADIN, está enganado. O que o Município tem, e assumiu desde logo, é que o tarifário proposto pela ADIN seria até ao montante máximo de 5€ por contador, assumido pelo Município para não entrar no valor da fatura do munícipe. Ou seja, foi mais um apoio social. -----

Mais, assumimos perante a ADIN que as pessoas com menos capacidade para pagar a água, e até cinco metros cúbicos, não pagavam as tarifas. Assumimos que, ao contrário do que foi dito há dias num jornal, sobre as famílias numerosas, o Município de Moncorvo tem um regulamento sobre famílias numerosas, onde é descontada a água – e veio aqui, aprovado pelos Srs. Deputados, onde é descontado, e é assumido pelo Município. -----

Ora, isso não é financiar a empresa; é chegar ao limite que nos era dado legalmente, que eram cinco anos, para a tarifa ser harmonizada. -----

E, portanto, ao contrário do que uns Municípios fizeram, que foi colocar logo o máximo sobre os munícipes, ou fazê-lo de forma faseada, o Município de Torre de Moncorvo, nos seus órgãos, deliberou ser de forma faseada até ao limite do tempo que a harmonização tarifária permitisse. É isso que está. -----

E, portanto, tudo o resto – apoio às IPSS’s, apoio às famílias numerosas e apoio aos mais carenciados – isso sim, é um apoio que nós damos, mas nós pagamos água na totalidade e apoiamos os munícipes, não apoiamos a ADIN – não utilizem isto para dizer que somos contra a ADIN; não apoiamos a ADIN de forma a dar-lhe receita, em termos de subsídios. -----

Sr. Deputado José Aires, aqui a questão que colocou sobre o CLDS, eu acho que a pergunta deve ser feita, sobre o CLDS, a quem é a entidade gestora, que é a Santa Casa da Misericórdia. Aliás, disse, e muito bem, que a única coisa que nós tínhamos – e decorre da Lei – é que a

M
Pedro
M



coordenadora tem que ser alguém que a Câmara indica. Foi o que fizemos. Tudo o resto decorre, quer do preceito legal, quer das inerentes ações que foram feitas pelo CLDS – e deve ser no CLDS, não na Assembleia Municipal, que não tem, nem deve ter, esse tipo de informação. -----
Dizer também, ainda na apreciação da atividade municipal – e eu queria que o Sr. Deputado Luís Lopes fizesse esta simples conta: sessenta e três mais trinta e nove. É que no vosso Grupo pode ser como o Guterres, é só fazer as contas e vamos lá, mas há de dar cento e dois. Cento e dois. Se eu disse “cem stands”, tem razão, enganei-me por dois, eram cento e dois *stands*. E não contei a dobrar, eram cento e dois. Portanto, enganei-me em dois, tem razão, eu disse “cem”, peço desculpa, vou ter que telefonar ao jornal para dizer que eram cento e dois. -----
Quanto à questão que o Sr. Deputado João Leonardo trouxe, eu só a ia trazer na próxima Assembleia Municipal, porque é importante, porque já fizemos o levantamento dos agricultores que estão na possibilidade de serem integrados na biorregião. A biorregião, que é a Biorregião dos Lagos do Sabor, será assinada no dia 16, em Mogadouro, e somos a quinta biorregião – e disputávamos, quer com Tâmega, quer com o Algarve, quer com uma série de regiões, sendo que a região mais antiga de Portugal é Idanha, e o centro das biorregiões é Cilenho, na Itália. ---
A Biorregião dos Lagos do Sabor foi aprovada e vai ser já assinada no dia 16 de outubro, às catorze horas, esperemos que também com a presença da Sra. Ministra, se já tiver alta, para estar nessa reunião em Mogadouro. -----
O que é que isto faz? Faz com que as biorregiões possam ter um selo, e esse selo vai permitir que os agricultores da região possam também catapultar em termos financeiros os seus produtos, com a marca Eco Bio Lagos do Sabor. -----
Sr. Deputado Diogo, para depois não dizer que eu não agradeço, obrigado pela caneta. Não sei se sabia, eu faço coleção, é com todo o gosto. Aliás, em todas as campanhas, eu fazia questão – e faço – de trocar com os membros do Partido Socialista o que cada um tinha na sua campanha, para guardar. Muito obrigado pela caneta, é uma honra que ma tenha oferecido. -----
Mas, deixe-me dizer-lhe, e parafraseando aqui Napoleão, Napoleão dizia uma coisa que era engraçada, dizia assim: quando o adversário só diz erros, não nos devemos intrometer, é deixá-lo ir, e não o devemos tentar calar. -----
E, portanto, Sr. Deputado, eu aqui acho que esta frase de Napoleão fica muito bem na sua intervenção, é deixá-lo ir. É a sua ideia, só a Juventude Socialista é que tem jovens – curiosamente aqueles que estão nas fotografias consigo, eu já perguntei a alguns da JS, não sabem quem são – é que não sabem quem são. Perguntei, então, uma à saída do liceu, quem era aquele pessoal, que eu não conhecia, e ninguém conheceu; conheceram-no a si, e pouco mais. -----
Deixe-me recordar-lhe também, eu sei que foi um lapso, não foi na Festa de Mós que me disse o que me disse, e o que eu lhe disse, foi na Festa de Moncorvo, junto ao tribunal, foi aí. E foi aí

Edna
M.



que foi, porque estava à espera para tirar uma fotografia com a Cláudia Martins. O Sr. Deputado estava à espera para ir lá tirar uma fotografia com ela, certo? Portanto, foi aí que me disse. -----
Dizer também – e o Sr. Deputado José Meneses já o fez – agradecer, obviamente, à Sra. Deputada Altina Pinto e ao marido pelo esforço que fizeram para levar a vossa filha a todas as semifinais, finais, e da forma como decorreu o concurso. Foi muito bem representado o concelho – acho, aliás, que na última apresentação, se a mentora dela não dissesse que ela estava muito certinha, mas tinha uma voz fabulosa, se não dissesse o “*certinha*”, as pessoas ficaram ali, que parecia que tudo era ensaiado, e ela não errava uma única nota. Eu acho que o “*certinha*” ali é que estragou tudo por parte da mentora, sou sincero. Mas, pronto, eu também não percebo nada disto. -----

Quanto à maior divulgação, tem razão, o Diretor técnico da escola já esteve comigo, vai fazer uma divulgação junto das escolas, e depois nos concelhos limítrofes. É o que está programado pelo Diretor. -----

Dizer também, sobre a Serra do Reboredo e sobre os Lagos do Sabor, a intervenção na Serra do Reboredo e nos Lagos do Sabor tem a ver com a recuperação da casa do antigo guarda, tem a ver com uns passadiços para não pisarmos a flora natural, um centro interpretativo e a reflorestação, que já veio o termo de aceitação, estamos agora para fazer o caderno de encargos, e a empreitada em si. Esta é a da Serra do Reboredo, na totalidade, está a ser feito esse estudo. Quanto aos Lagos do Sabor, estão a ser duas fluvinas, que a CCDR aceitou que fossem o complemento do antigo caminho que ligava Silhades. Então, iremos ter duas fluvinas, uma do lado do Felgar, outra do lado da Cardanha, onde as pessoas poderão, com o seu barco, ou com outro barco alugado, fazer ali aquele percurso nos lagos. -----

São esses os dois, um adjudicado já, que são as fluvinas, e outro com o procedimento a ser lançado – está para ser lançado o procedimento. São esses. -----

Os estores, tenho uma informação aqui, que serão colocados na primeira quinzena de outubro, conforme o cronograma que está no empreiteiro. É o que tenho aqui, que me foi respondido. ----

Podemos falar com o empreiteiro, só que o problema é a entrega de material. -----

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís João, o BUPi: as ferramentas do BUPi são as que são enviadas pela própria AMA – Agência de Modernização Administrativa, e é com essas que funciona. -----

Agora, quanto à visita da Sra. Ministra da Agricultura, tivemos oportunidade de reunir com ela, numa reunião à parte do evento, onde o tema foi só o regadio, e onde estiveram presentes a DRAP, a Sra. Ministra, obviamente, e o gabinete dela, o Sr. Presidente de uma das Juntas, estiveram presentes também as associações agrícolas, e a Diretora Regional, onde foi feito isso, onde lhe foi entregue também, para além do que é o nosso projeto, outro projeto para o regadio da Vilariça, a possibilidade de um complemento ao regadio da Vilariça, e o projeto para ser

M.
Pedro
M.



iniciado com os técnicos da DRAP – não já só o estudo, mas todo o projeto, do que nós apresentámos aqui, e que irá até ao Peredo dos Castelhanos. Foi isso que foi feito. Atenção, ela diz que o Plano Nacional de Regadios já vinha de trás, nós temos que concluir este para ver se no novo quadro comunitário encontramos outra vez os regadios. Eu estou certo que vai encontrar uma solução, porque o atual Ministro do Ambiente, ao contrário do anterior, que era contra os regadios – e ele próprio dizia, se não há água, como é que vamos fazer regadios, ele dizia isto – o que temos é esta situação, ela está com as duas situações em mãos. No dia 16, se for a Mogadouro, terei oportunidade de lhe perguntar em que situação é que estão os projetos e os estudos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Estão abertas as inscrições para a segunda ronda, relativamente ao Ponto n.º 1 do período da ordem do dia. -----

Faça favor, Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, bom dia membros da Mesa, bom dia Executivo, Presidentes de Junta, deputados, público e estimados funcionários. -----
Primeiro começo por Dar os parabéns e como estamos nesse ponto, a todas as atividades municipais, essencialmente à atividade em que esteve envolvida a Associação Voluntária “Just a Change”, no que a mim me toca na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha. -----
nestes últimos quatro anos de trabalho, agora já vão ser cinco, fizemos grandes obras estruturais de grande envergadura, mas, para mim das melhores obras que fizemos até hoje, foi o apoio a reconstrução da casa da D. Maria, para mim, aquele sorriso não paga uma qualquer obra estrutural, aquela senhora já conseguir viver hoje em dia, sem lhe chover na cabeça. Para mim foi das melhores obras. -----

Agora aproveitando o que melhor sabe fazer o Sr. José Aires, aproveito este ponto para falar de nada que tem a ver com este ponto. -----

Respondendo a sua dúvida, quando eu disse a uma chamada feita por um jornal, que a Aethel iria cumprir as suas dívidas, foi-me assim transmitido pelo gerente. Ninguém mais do que ele saberá melhor da economia financeira da sua empresa. Se é privada nada tem que informar a junta de freguesia. -----

Mas pelos vistos ao que vemos todos aqui, somos peritos e experts em auditoria; se calhar, se você lhe disser e pedir as contas, se calhar conseguiríamos vê-las aqui todas, e então poderemos dar-lhe algum apoio nessa área, em que nós somos todos experts. -----

Reduzido
M.

Agora, relativamente a esse ponto ainda, e se você Sr.º Deputado, fica contente, se considera que a minha preocupação pode ter algum efeito em resolver as dívidas da Aethel; então posso dizer-lhe que estou extremamente preocupado. -----

Mas se me perguntar se estou mais preocupado com as dívidas que um particular (Aethel) tem a fornecedores, já que cada um, acho que gere a sua tesouraria, são todas entidades independentes/ particulares; se você me perguntasse se estou mais preocupado com isso, ou com a inflação do país, ou com os nossos idosos, ou com as nossas crianças, ou como vamos suportar a crise que vai acontecer em 2023; posso então dizer-lhe que estou muito mais preocupado, com isso. -----

Mas espere, se calhar devemos ficar descansados com os 125€ que vamos receber em outubro.-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Só um esclarecimento, Sr. Presidente, e em primeiro lugar, eu referi que foi nas Festas de Moncorvo que nos cruzámos, e não, não foi no momento em que ia tirar a fotografia com a Cláudia Martins. -----

Depois das redundâncias que o Sr. Presidente trouxe e expôs, questiono-lhe se o que se passou relativamente ao Miradouro de Mós é o que se passa em muitas obras pelo Concelho de Torre de Moncorvo. Sr. Presidente, o problema é que não é um caso; são inúmeros casos. Como vai ser até ao final do seu mandato? A postura vai continuar a ser a mesma? -----

Durante a Assembleia Municipal que decorreu no dia 18 de fevereiro de 2022, lembro-me de que fui acusado pelo Sr. Presidente e pela Sra. Deputada Catarina Lopes, que tinha um discurso pré-feito. Mais ainda, a Sra. Deputada Catarina Lopes referiu, e passo a citar, que ainda uma problemática mais grave era eu trazer textos sobre o que é o ensino, quando poderia perguntar e conhecer melhor o território. Adicionalmente, foi referido que tinha vindo há pouco para Moncorvo. Não sei se a Sra. Deputada tem conhecimento, mas estive sempre atento ao desenvolvimento, enquanto o Partido Socialista venceu as eleições, e atento ao constante retrocesso e afundar do concelho enquanto a coligação cá está nos últimos dez anos. -----

Nesse momento, fui criticado e alvo de risinhos e gracinhas. Meus caros presentes nesta Assembleia Municipal, fiz o requerimento de forma a contextualizar-me sobre o assunto, de forma a estudar melhor o assunto. Entretanto, a Sra. Deputada desconversou sobre o tema e foi buscar outras questões não referentes a este tema. Pelo menos de ensino sei falar, enquanto a Sra. Deputada, de ensino, apenas deve saber marcar presença nas aulas do seu professor, José

M
Rede
M.



Meneses, as aulas do ter palco. E nem essas as passa com mérito, visto que caiu aqui uma vez de paraquedas e até trouxe uma “*história da carochinha*” para ler. -----
Pois bem, Sr. Presidente, ou Sra. Deputada, caso se sinta capaz de uma nova tentativa de ter palco, também pode tentar responder à questão, visto o ignorante ser eu. Deixo aqui uma questão: Sr. Presidente, a prorrogação efetuada relativamente às escolas não era setembro de 2022? Tendo em conta que a prorrogação do prazo de conclusão da obra seria até setembro de 2022, o mesmo termina hoje? Então, Sr. Presidente, afinal, na altura, veio cheio de moral falar sobre a escola, e agora, que justificação tem para a não finalização da obra? Não me diga que os trinta e seis funcionários que o Sr. Presidente referiu – e que consta em ata – ainda se encontram com Covid. Se sim, vou ser honesto, Sr. Presidente, nunca vi casos de Covid tão prolongados. Se não, peço que nos esclareça sobre esta questão. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

A questão sobre o BUPi, Sr. Presidente de Câmara, eu entendo que seja a ferramenta que a Administração Central passa, era só se havia uma possibilidade de o Município complementar. Por quê? Porque, de futuro, vai haver muitos casos em tribunais com áreas que vão ser sobrepostas, e isso era tudo evitável a montante se houvesse mais ferramentas para se fazer um melhor mapa. -----

A postura do Sr. Presidente, acho bem que mantenha a mesma, acho bem que mantenha a mesma postura. Baixou o tempo de pagamento aos fornecedores para 10% do que estava antes, baixou a dívida de tal maneira que conseguimos neste momento ter capacidade de endividamento, saímos de uma suspensão de um plano de saneamento financeiro que o anterior Executivo nos deixou, devido a essa dívida toda, e foi graças a este Executivo que nos conseguimos candidatar, por exemplo, para o PARU, em que tivemos vinte ETAR’s e PETAR’s construídas no Município, uma mudança de paradigma a nível ambiental – porque as águas são tratadas, e antes não eram, eram efluentes sujos que iam contaminar solos. Neste momento, estamos preocupados com o ambiente. Isto é boa gestão. -----

Espero que o Sr. Presidente continue com a mesma postura, boas contas, bons amigos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar, o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

14.
Pedro
M



-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Relativamente à questão da água e à questão da ADIN, Sr. Presidente, já toda a gente viu que temos visões diferentes da gestão da água, mas acho que são visões saudáveis, não estamos aqui com picardias, nem coisa mais ou menos. Estamos a olhar para um problema de ângulos diferentes, e logo, em princípio, não iremos chegar a conclusão nenhuma. -----

Quando lhe pergunto quanto dinheiro – aliás, eu nem lhe perguntei, o senhor é que me disse que a Câmara não dá dinheiro nenhum à ADIN. Mas, se nós olharmos para a fatura da água, está lá “apoio do Município”. O Sr. Presidente já explicou, o principal apoio que dá do Município é às IPSS’s, e muito bem, às famílias numerosas, às famílias carenciadas, e muito bem, parabéns, faz muito bem. Agora, se está lá aquele valor – por exemplo, vi ontem uma fatura da água, “apoio do Município”, 1,90€, todas as faturas têm esse apoio do Município, há outras com 0,90€. Esse apoio que o senhor está a dar, na minha opinião, é dinheiro que sai da Câmara, é a Câmara que o está a dar. Agora, daqui a cinco anos, vamos ser nós que temos que pagar esse valor – quando acabar essa situação do apoio municipal, que vai acabar, vamos ser nós. Até lá, é a Câmara que está a suportar esse valor. -----

E a pergunta é muito simples: quanto é que a Câmara Municipal, com este apoio municipal, está a dar à ADIN por mês, é tão simples quanto isso. -----

É a conclusão a que eu chego, eu posso estar enganado, e até admito que sim; no entanto, eu acho que está a pagar. Pronto, é tão simples quanto isso. -----

E não me respondeu em relação aos valores gastos com as atividades musicais, e que projetos é que prevê para o futuro que se encaixem dentro do mesmo valor. -----

E já agora, Sr. Deputado Luís Dias, já que é tão adepto do ambiente, qual é a sua opinião relativamente à construção da fábrica, ou não, em Carviçais? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado pelas questões que foram colocadas. Bom, Sr. Deputado Diogo Oliveira, não sei se viu, tive o cuidado de escrever com a sua caneta as suas perguntas, era para ver se escrevia, ou não, porque podia não escrever. Mas, por acaso, escreve. -----

Como sabe, Sr. Deputado, há uma situação no comércio que o senhor conhece bem – até por funções privadas de auditor, conhece bem – que se trata do chamado aviamento. O aviamento comercial é aquele que dá confiança, e que quando eram os trespases, nos obrigava a dar o montante exato do que é que valia aquele aviamento – o aviamento era a confiança entre quem ia recorrer a um serviço e aquele que o prestava. -----

M.
Pedro
M.

E eu digo-lhe isto por esta forma: imagine que eu ia a um comércio, qualquer que ele fosse, e perguntava: eu preciso de fazer esta reparação, ou comprar este equipamento. Qual é o valor que eu tenho que pagar? A isto chamava-se o aviamento. E o aviamento era tão ou mais importante quando a pessoa que nos entregava o orçamento – antigamente não era o orçamento, eram aquelas fichas – repercutia o mesmo valor que depois tinha no final da reparação. E era essa a confiança que havia entre a parte comercial e a parte do não comerciante. Por isso mesmo, havia depois uma série de regras que eram próprias para o comerciante, que não se aplicavam ao consumidor, e vice-versa. -----

Imagine o Sr. Deputado que eu me dirigia a qualquer sítio, para um fornecimento de serviço, e que quem estava à frente do balcão me dizia assim: “O valor para a sua reparação, para o seu serviço, são mil”, mas quando eu ia pagar, apresentava-me mil e duzentos. E quem me tinha dado o valor dizia: “Não, o orçamento que eu dei ao consumidor são mil.” Alguém entre o passar de quem deu o orçamento e quem elaborou a fatura inventou aqui um valor, seja a favor do patrão, seja para o próprio bolso. E isto era o que gerava a desconfiança. E, portanto, o aviamento, esse valor que existia chamado aviamento, dependia da confiança que havia entre aquele que fazia o orçamento e aquele que sabia que era aquilo que pagava, ou deixava de haver essa confiança, porque o orçamento que entregavam era adulterado na própria empresa, e aparecia com outro valor. -----

Isto serve para lhe dizer o quê? Várias coisas: serve para lhe dizer que ainda não ouvi o Sr. Presidente da Junta de Mós levantar-se e vir aqui, a explicar o atraso da obra de Mós. -----

E eu não queria trazer isto à colação, mas já que o senhor o faz, tenho que trazer, e referir pessoas por quem tenho estima. Antes da carta que o senhor escreveu, com as suas palavras, e que o Sr. Presidente da Junta assinou, já eu lhe tinha dito quais eram as obras que iam ser feitas, e onde é que estavam, e que vamos debatê-las com o Comité das Regiões, para serem possíveis de fazer. E por que é que eu sei que não foi o Sr. Presidente de Junta, e por isso lhe relevo aquela atuação, e não direi “má educação”, no que escreveu, e a que não estou habituado com ele – e há nove anos que trabalho com ele – não estou habituado àquele tipo de texto, que o senhor traz aqui a este microfone? Foi olhar para aquilo e ver o seu discurso plasmado lá. É que nem num requerimento o senhor retira a componente política. E, portanto, não vai muito longe por aí, não vai. E não vale a pena ser o Presidente da Junta a assinar quando eu sei que foi o senhor que o escreveu. -----

E a obra a que se está a referir tinha duas hipóteses: o empreiteiro não entrou em obra, e fazíamos efetivamente o que o senhor disse, terminava-se, e queria ver como é que conseguia, com um contrato assinado, ter os mesmos valores, e a obra para fazer, com a escassez de material no período em que foi, ou então não se fazia mais, e esperávamos que o Presidente da Comissão de Festas de Mós, que nunca assinou, porque os próprios pares não querem que

14
Pedro
M.

assine requerimento da Associação de Festas de Mós, resolvesse o problema. Porque sendo o senhor tão apto a vir aqui dar nas vistas, penso que alguém não o deixou assinar o requerimento das Festas de Mós, porque não me apareceu nenhum assinado por si – nenhum. Ao invés, aparece-me um requerimento assinado pelo Sr. Presidente de Junta, que é a sua cara, e não a cara dele, nem o feitio dele. -----

E, portanto, quanto a esse projeto, eu convido o Sr. Presidente de Junta a vir aqui explicá-lo, se quiser. -----

Quanto à pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Luís Lopes, obviamente que aqui temos duas visões diferentes. Se me perguntarem assim: a água deve ser privatizada? Não, estamos de acordo, não deve ser. Estamos de acordo. Agora, há financiamentos para conseguirmos o que é necessário para os concelhos, com rede com mais de cinquenta e sessenta anos, tubos que ainda alguns são cerâmicos? Não há. Há alguma hipótese de irmos contra a norma governamental, em que os apoios têm que ser por agrupamentos multimunicipais? Não há, e por isso é que anda tudo aflito. É perguntar a Vila Flor. -----

Mais, se reparou, com a escassez da água, o que a própria APA e o Ministro vieram sugerir foi aumentar os preços da água, e Moncorvo foi daqueles que disse logo que não aumentava, porque já estava num sistema multimunicipal, com as regras da ERSAR impostas, e com os valores impostos. Mas, houve outros aqui ao lado que tiveram que aumentar, e um ainda hoje vai ter que aumentar. Por quê? Porque era muito baixo o preço, ou porque não era compatível com as regras da ERSAR. -----

Mais, eu já aqui disse uma vez, e volto a dizer: fizemos uma candidatura para os resíduos e para os biorresíduos, tinha que ser multimunicipal. Só Moncorvo cumpriu, a candidatura caiu. Por quê? Porque Mogadouro não cumpria, Foz Coa não cumpria, Freixo não cumpria, e Figueira de Castelo Rodrigo não cumpria. Tinha que ser multimunicipal. O único que cumpria era Moncorvo, mas dado que não podíamos ir sozinhos, os outros não cumpriam, caiu, e ficámos prejudicados. Agora, a ADIN tem esta capacidade. Não estamos a ver o momento, estamos a ver também o futuro. E se nós colocarmos o preço da água demasiado baixo, qualquer um consegue ter oitocentos litros por dia, como acontecia aqui num concelho vizinho, por pessoa. Então, não se pagava. Isto é impossível, nós temos que pensar nas nossas gerações futuras e em nós próprios. E, portanto, aquilo que perguntou, ninguém vai pagar; o que nós estamos a dar é um apoio ao município, que qualquer um pode continuar. Nós ajustámos o tarifário já, e está ajustado. Depois, o que fizemos foram duas situações: o que entendemos que são apoios sociais, e bem delimitados, a IPSS's, aos mais vulneráveis, famílias numerosas, e depois demos também àqueles que, pensando no futuro, não gastam a água a regar quintais ou hortas, ou a encher piscinas, e esses, até aos cinco metros cúbicos, são isentos de taxas. Depois, os outros pagam normalmente. O que a Lei permitia era a carência de um período de carência para harmonização

11
Redes
M.



tarifária. E foi aí que o Município decidiu também fazer esse tipo de harmonização, lentamente, ocupando esse espaço. Mas, não é para a ADIN; é no montante de cada munícipe – no seu caso, no meu caso, no caso de qualquer um de nós. Não é para a ADIN; a ADIN apresenta a conta, e a Câmara, na harmonização tarifária, coloca o munícipe a pagar menos, só. Suportamos aquele montante, mas não damos nada para a ADIN. É assim, não há mais nada, nós suportamos a harmonização tarifária ao munícipe, mais nada. -----

De qualquer forma, agradecer a intervenção do Sr. Deputado Luís João, nós, obviamente, iremos fazer essa consideração com a AMA, para ver se conseguimos ter novos instrumentos. Não me parece que seja muito plausível. E isto por quê? Nós vamos ter à frente a carta dos incêndios, que foi feita com ortofotomapas de 2021, e as cartas de perigosidade que também estarão com a AMA – mas, com o ICNF, principalmente – eram de 2018, completamente desatualizadas e desajustadas, e uma tinha um caráter vinculativo nacional, e outra é municipal. Portanto, vejam bem como é que isto trabalha. -----

Mas, também dizer-vos uma coisa: nós temos de começar obrigatoriamente – mas obrigatoriamente – a pensar no que é que vamos fazer no nosso interior, porque a verdade é esta, e eu volto a referir estes números para todos termos estes números em mente – e já são números pós-troika, não vamos acusar a troika, já são números pós-troika: mil, oitocentas e oito escolas encerradas, mil e vinte e sete situam-se no interior; cento e dezassete centros de saúde encerrados, cinquenta situam-se no interior. Não há uma política transfronteiriça, que era essencial para nós. Não há uma política orçamental que pense a quatro legislaturas, que é essencial; uma política de jovens para o interior, é essencial. E desde logo, o que é essencial nessa política de jovens, hoje, se alguma coisa a Covid trouxe – que não trouxe nada de bom, mas trouxe esta janela que se pode abrir – era que enquanto se fala do 5G em Lisboa e no Porto, nós ainda nem do 3G devíamos falar aqui. E quem percorre o IC5 sabe o calvário que é manter uma conversa. Se há um acidente ali em zonas brancas, ou passa lá alguém, ou pode ser uma catástrofe. Portanto, andamos a falar do 5G? Mas que 5G, se nós nem 3G, nem banda larga efetivamente temos? E é nisto que nós devemos pensar. E os jovens necessitam disso para se fixar. -----

E era nesta fase que nós temos de pensar, não em termos partidários, mas em termos regionais, e verdadeiramente pôr de lado o que nos desune, porque aquilo que nos une é muito maior, porque quem está cá sente as dificuldades de estar cá. E todos nós que aqui estamos, estamos cá, sentimos essas dificuldades – não conseguimos ter internet em condições, não conseguimos ter a capacidade de termos boas ligações móveis, e continuamos impávidos e serenos, como disse a Sra. Deputada Catarina, em que somos regiões para as quais não devemos ser olhados; somos regiões onde a valorização do interior não tem mais do que uma Secretária de Estado com uma Secretária de Estado e um funcionário, e não se vê nada em prol destas regiões. E por

14,
Rede
MA.

quê? Porque continuamos com a política dos números. Como é que é possível Bragança ter três deputados, Guarda, três deputados, e depois, se formos para o interior, lá para baixo, Portalegre, dois deputados. E depois, temos a faixa litoral, em que de Braga a Setúbal, conseguem fazer uma revisão constitucional. Ora, isto não é pensar o país. Está na hora também de pensarmos que alguém que esteja nos Estevais, ou em Martim Tirado, tem o mesmo direito de levarmos lá a água e o saneamento. Custa 1.000.000€? Tem de ser o suporte da interioridade, como temos o suporte da insalubridade, mas temos que o fazer, porque se formos a fazer rácios, um prédio na Amadora, com dez ou vinte andares, tem, se calhar, cem famílias, e portanto, é muito mais barato, e a água é muito mais barata. Cascais consegue ter os transportes todos gratuitos, só com a publicidade. O Porto lançou o procedimento da publicidade nas paragens de autocarro, foram 13.000.000€ que a Câmara arrecadou. E nós gastamos cerca de 1.000.000€ nos transportes. -----

E mais, a CIM Douro lançou o procedimento dos transportes coletivos e ficou deserto. Por quê? Porque não há pessoas. -----

Portanto, é isso que nós temos que aqui também discutir e resolver. Mais do que as chicanas políticas, ou o que fez, ou que não fez, ou que vai fazer, é olhar para esta catástrofe que é de todo o interior. E não é o interior, Trás-os-Montes; é toda uma faixa longitudinal do nosso país, de cinquenta quilómetros do mar para dentro. Num país que tem duzentos quilómetros de largura, vale a pena falar de anterior, ou valeria a pena falar de regiões transfronteiriças?-----

Qualquer um que está em S. Paulo, para ir à praia faz mais de duzentos quilómetros. -----

Portanto, eu acho que este contexto que ainda hoje vivemos, e é um contexto de 1960, do Eng.º Sedas Nunes, que foi ele que criou a palavra “o interior”, prejudica-nos, e temos que ter capacidade para o resolver. Essa é a fórmula que proponho para todos pensarmos. E se calhar, o ideal era, neste grande projeto de fazer um congresso onde estejam as diversas CIM's, e as diversas regiões, se conseguir apelar para uma efetiva repovoação do interior, porque como estamos, e com as medidas que são propostas, não é possível. O PRR vai ser gasto todo no litoral, e vamos passar mais uma vez à margem disto, e o interior vai definhar, e vamos ficar tipo uma reserva, onde as pessoas vêm ver o que é que era um carro de bois, o que é que era um feixe de lenha, e é isso que nós não queremos. Mas, para isso, também é preciso que se pense de outra forma. Os Países Baixos, as principais cidades dos Países Baixos não chegam aos 23% de ensino superior. O Reino Unido não chega aos 28%. Londres e Edimburgo, na Grã-Bretanha, não chegam aos 30%. A nossa vizinha Espanha, 27% nas grandes cidades. Nós, em Lisboa e Porto, concentramos no ensino superior 83%. Ora, estes 83% na fase universitária, é dos dezoito aos vinte e seis anos. E, portanto, digam-me que razoabilidade tem Lisboa ter uma Faculdade de Veterinária. Ainda no outro dia ouvia o reitor dizer isto: é impossível termos um único animal – que era uma vaca, se o PAN e o IRA ouvirem isto, vai ser uma desgraça – para trezentos e

sessenta e seis alunos irem vacinar e tirar sangue, um único animal, quando nós temos explorações em Beja, temos explorações no planalto mirandês. Há é que ter a capacidade e a coragem de os trazer para cá para cima. Não vamos ser nós, porque nós já fizemos o que conseguimos fazer, o máximo possível. -----

O Sr. Deputado está a abanar com a cabeça, mas eu não sei onde é que consegue pagar por aulas de música, de balé, e ir à piscina, e não sei quê, pelos valores que conseguimos. Não consegue no litoral. Não consegue ter as rendas de casa que tem aqui, não consegue. -----

Portanto, tudo o que o Município pode fazer, está a fazer – tudo. Agora, também nos cabe a nós, mas cabe ao Poder Central decidir olhar para este território como deve ser, e como parte integrante de Portugal, onde quatro quilómetros de metro, onde já existem outras hipóteses, não ponham em causa a linha do Pocinho a Barca d’Alva e da Régua ao Pocinho. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. Passaríamos ao Ponto n.º 2. -----

PONTO 2 — IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS E IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS – TAXA A APLICAR EM 2023. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Mantivemos aqui a proposta que foi aprovada nesta mesma Assembleia no ano anterior, com 0,30%, a redução de 20% desta taxa aplicável aos prédios arrendados para habitação, a majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios, ou parte dos prédios urbanos degradados, a redução de 30% da taxa do IMI aplicável a prédios urbanos classificados como de interesse público ou de valor municipal e património cultural, o aumento para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e para os prédios classificados como ruínas, a redução da taxa do IMI no caso de o imóvel ser destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, a redução logo em termos monetários de 20€ para um dependente a cargo, 40€ para dois dependentes a cargo, 70€ para três dependentes a cargo. A redução também de 10%, ao abrigo dos estatutos fiscais, por cinco anos, para prédios urbanos que se queiram adaptar às novas eficiências energéticas, e neste caso, tenha sido atribuída ao prédio uma classe energética igual ou superior a “A”, que em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação

1h,
Edo
PO.

e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior em pelo menos duas classes do que anteriormente tinha, e que o prédio aproveite águas residuais tratadas ou águas pluviais. -----

Portanto, esta é a nossa proposta, a proposta do Executivo, para o IMI para o ano de 2023. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Íamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 22 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados Luís Miguel Lopes e Luiz Marcelino Lopes*), **aprovar a “proposta da taxa a aplicar de Imposto Municipal de Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas em 2023 e respetivas majorações, reduções e isenções”**.-----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação, os deputados: António Júlio Andrade; Diogo Oliveira; Vítor Queijo Pereira e José Manuel Moreiras.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — DERRAMA - TAXA A APLICAR EM 2023. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Aqui nesta proposta da Derrama, mantém-se aquilo que já vínhamos a propor, que era a Derrama a 1,5% só aos CAE's que tenham extração e preparação de minérios de ferro, extração e preparação de minérios metálicos não ferrosos, produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade e intermediação monetária, e isenção da Derrama em 2023 para os restantes sujeitos passivos. -----

Isto tem a ver também com a alteração que se espera que este Governo efetue à Lei das Finanças Locais, e também à tributária, passando alguns dos impostos a serem tributados, não só na sede da empresa e onde houver o maior número de funcionários da empresa, mas também possa ser nos Municípios onde conste esta aplicação da Derrama. -----

lh.
lecho
M.

E por isso, são só estes CAE's, que serão nomeadamente aqueles que poderão ter uma maior projeção no Orçamento Municipal, sendo certo que também a Derrama foi uma das propostas que fizemos, antes ainda da suspensão do saneamento financeiro, porque uma das obrigações era o aumento de taxas para a receita da Câmara, e então, esta foi a proposta que se fez, para ver que estava de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas, que é a Derrama, sendo certo que não é universal, é só a estes quatro CAE's. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer que, há pouco, estavam ausentes quatro deputados – dois da Bancada do PS e dois da Bancada da coligação PSD/CDS. E por isso votaram vinte e quatro deputados, que fique claro. - No Ponto n.º 3, quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui relativamente à Derrama, esclarecer que já no ano transato votei a favor deste imposto, acho que aqui os CAE's que foram selecionados estão de acordo com aquilo que eu entendo serem os CAE's corretos para existir essa tributação sobre os lucros, e aqui irei concordar com a proposta que é apresentada pelo Executivo e votar favoravelmente esta questão. -----

Deixo aqui uma questão adicional, Sr. Presidente, porque está relacionada: falamos aqui do CAE relativamente à exploração mineira, e já falámos sobre este assunto hoje, o senhor referiu na sessão anterior que estava à espera das pesagens para saber os royalties, se realmente a Câmara já chegou a receber alguma coisa, ou não – porque também não lhe questionei – e uma vez que já estava englobado na Derrama do ano anterior, qual é que foi o valor pago também por esse setor, ao nível deste imposto? -----

E aproveitar também para deixar só aqui uma palavra ao Sr. Vítor Vieira, que me referiu aqui também na sua intervenção, há pouco, e uma vez que era sobre este tema, que quando eu falei no seu nome, até era de uma forma que eu considero elogiosa, uma vez que veio falar publicamente e na imprensa numa altura de dificuldades que a empresa aparentemente atravessa, que nos anos anteriores isso não existia, não se tinha pronunciado publicamente, e só estava a referir esse facto, de ter falado o senhor, ao invés do Presidente da Câmara. -----

Relativamente à situação, neste contexto, que afeta os fornecedores, alguns dos quais da sua União de Freguesias, e às outras questões que referiu, como o caso do aumento da inflação, que vai ocorrer previsivelmente, de acordo com os economistas, no ano de 2023, e a inflação alta que ocorre atualmente, para mim também é uma preocupação, e é igualmente importante – eu não desvalorizo um assunto, ou um problema, com outro; para mim são todos importantes. -

1h.
Rede
M.

Relativamente ao valor, porque referiu aqui também que vai ser dado às pessoas, dos 125€, pode não ser a solução ideal, e até podemos concordar; agora, esta é uma medida no meio de outras. Mas, de facto, é melhor receber do que ter de pagar, e eu lembro-me dos Governos do seu Partido, em que nós tínhamos que pagar, e nada recebíamos. Ao menos aqui ainda nos dão alguma coisa. Se para si não é significativo, ou para o seu agregado familiar, pode sempre – até porque falou aqui numa questão importante, que é no apoio social, e no sorriso que lhe é transmitido em troca desse apoio que é fundamental, e também concordamos – pode sempre fazer uma doação, ou entregar o valor a uma instituição de índole social. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, a sua parte final da intervenção, acho que não tem muito a ver com a Derrama. -----
Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Presidente, não sei se se quer pronunciar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Só para que não fique aqui qualquer dúvida, e não é neste ponto, mas o Sr. Deputado José Aires trouxe, é só para recordar que a proposta do Partido que sustenta também aqui o Executivo era 40€ por mês em quatro meses, o que dava 160€, que é mais do que 125€, não retirando os 8%, que era devido em janeiro, e não passando para 4,8%, como o PS fez. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, alguém pretende intervir? Sr. Deputado, quer intervir, ou passamos à votação? -----
Passamos, então, à votação do Ponto n.º 3, Derrama – Taxa a aplicar em 2023. Vamos votar. --

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da disposição da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade**, de votos dos membros presentes no momento da votação, **aprovar a “Derrama a aplicar para 2023”**. -----

-----*Estava ausente da reunião no momento da votação, o deputado Vítor Manuel Queijo Pereira.*-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

lh.
Pedro
M.



PONTO 4 — PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – IRS – TAXA A APLICAR EM 2023. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Miguel Lopes (PS)** e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também aqui não houve qualquer alteração – ou melhor, houve uma alteração em relação à época de Covid, que esteve com 0,5%, e agora manteve-se o que já vinha sempre a ser mantido e o que se propôs já no ano passado, que tem a ver com 5%. -----

Dizer-vos que a percentagem de pessoas que pagam IRS no Concelho de Torre de Moncorvo é diminuta, mesmo muito diminuta. E isto, eu sei que os Srs. Vereadores do PS fizeram uma proposta para a isenção, ou melhor, para a devolução do IRS às pessoas, mas nós não nos podemos esquecer que nós ainda estamos em saneamento financeiro – temos o saneamento financeiro suspenso. -----

Depois, a proposta até parece mais uma proposta saída da direita, quase ultradireita, do que da Bancada do PS, ou da esquerda – e muito menos do PSD e do CDS. Por quê? Porque o que se está a tributar nos 5% é daquelas pessoas que efetivamente o recebem, e esses 5%, dos 25% que pagam em Torre de Moncorvo, serve para diversas coisas, nomeadamente para colocarmos verba nos medicamentos que são gratuitos, nos transportes dos doentes oncológicos, no que fazemos nas casas das famílias mais vulneráveis, em que damos esse apoio. Ou seja, são os 5% daqueles 25% de Moncorvenses que pagam – e por que é que pagam? Pagam porque os salários ou os rendimentos são superiores e podem suportar aqueles que até 10.700€ anuais, estão isentos do pagamento. Os que têm rendimentos até 10.700€, esses nunca vão receber esses 5%. Quem vive, infelizmente, do RSI, nunca recebe os 5%. Mas, quem pode pagar, porque recebe bem mais do que os 10.700€ anuais, esses têm de pagar. E pagando, não ficando no bolso deles, pagando à Câmara, serve para fazer obras e para fazer apoios sociais àqueles que, infelizmente, por terem um rendimento muito baixo, não pagam. -----

Era bom se todos aqui pagássemos IRS no concelho, era porque tínhamos riqueza, mas só temos 25%. Eu ainda não tenho os dados deste ano, pedi-os e ainda não me foram enviados, mas andávamos nessa base. -----

E eu não me posso esquecer de um deputado, que foi deputado durante muitos anos, que era o

1/2
Edo
M.



Eng.º Francisco Fevereiro, que dizia uma coisa: eu não admito que haja esta isenção, porque quem pode pagar, tem que pagar para ajudar os outros. -----

E, efetivamente, esta medida é um pagamento para ajudar os outros. Eu vejo e sei que muita gente faz aqueles donativos à Fundação Benfica, à Fundação Sporting, à Fundação não sei das quantas, mas não será mais importante nós conseguirmos combater alguma precariedade com o dinheiro daqueles que já ganham o suficiente para poderem ser tributados? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, o senhor disse, relativamente à taxa a aplicar, que não o pode fazer porque ainda estamos em saneamento financeiro, se eu percebi bem – estamos em suspensão do saneamento financeiro, e por isso não podemos... Tem a certeza? Muito bem, mas tem a certeza? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Sr. Presidente, então agora poderá responder ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

Tinha a segunda ronda, mas faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** O Sr. Presidente disse que esta medida era mais de um Partido de ultradireita, e que era mais do PS do que seria do PSD ou do CDS-PP. Eu tenho de dizer que o CDS, sendo democrata social, tem preocupações sociais. E não é de agora que se coletam impostos; desde que há civilização que sempre houve coleta de impostos. E não é da democracia nem da república preocupar-se com os mais carenciados; já na monarquia, sempre se preocupou com os mais carenciados, o rei trata do seu povo, e para isso coleta impostos sob várias formas – aprovámos aqui duas hoje. -----

Desculpe lá, isto é, em defesa da honra do meu Grupo Parlamentar, porque o Sr. Presidente falou que isto é uma medida que seria mais de ultradireita, a medida de isentar estes 5% dos mais ricos, e que seria mais até do PSD e do CDS do que seria do PS, e eu não concordo com essa ideia, porque o CDS tem por seu princípio um pilar social muito forte na defesa dos mais carenciados. E achamos muito bem que estas pessoas mais ricas paguem, para depois a Câmara poder redistribuir pelos mais carenciados. Acho que isso é a base da política, aliás. ----

lh.
ledis
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Permita-me que lhe diga, a primeira parte foi mais história, agora a segunda, já entendo mais. Mas, está bem, Sr. Deputado. -----
Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Socorrendo-me do que estava previsto em 2009, que foi o maior empréstimo de sempre da Câmara Municipal, de mais de 9.000.000€ para saneamento financeiro, e que teve como base um período de carência de três anos – se fizemos de 2009, 2010, 2011, 2012, só se começava a pagar em 2013, ano de eleições – uma das obrigações era majorar os impostos, nomeadamente o IMI, levando-o para o máximo – nunca se fez, nem com o anterior Executivo, nem conosco – e depois, o outro era aumentar com taxas ou impostos obrigatórios. Isto era o que foi enviado para o Tribunal de Contas como obrigação do Município. Tanto assim é que nós – já nós – colocámos aqui para dizer que cumpríamos, e para não elevar ao máximo os restantes impostos, a Derrama. A Derrama serviu para dizer: sim, senhor, esta obrigação que o Tribunal de Contas está aqui a colocar, de termos que criar impostos, é a Derrama que está lá. Depois, fez-se o cálculo, em vez de ser generalizado, e agora obteve-se um consenso – que foi um consenso, depois, pelo Executivo todo, e não foi logo à primeira – mas, obteve-se esse consenso para ser em quatro CAE's, que efetivamente pouco ou nada dão para a Câmara – aliás, as Finanças não desagregam o montante do imposto recebido, por isso é que eu não lhe sei dizer quanto é que é da empresa mineira. Não desagregam, só dizem "Derrama, X". E não desagregam por várias coisas, porque nós sempre tentámos saber qual era o imposto que, efetivamente, os centros eletroprodutores pagavam, que era para tentarmos colocar isso na ação que intentámos – ação, estamos a falar dos diversos Municípios. E as Finanças nunca desagregaram. E por isso é que hoje trabalhamos com números que nos parecem que podem ser aqueles, mas não temos a certeza, atenção, porque não são desagregados. Mas, esta foi uma forma de dizer ao Tribunal de Contas: atenção, nós até criámos mais uma taxa – porque as outras, era obrigatório colocá-las no máximo, e nunca foi feito. E tanto assim foi que depois se conseguiu esta suspensão do saneamento financeiro – e esperemos que não tenhamos que sair da suspensão; quando for para sair, que seja para sair do saneamento financeiro *tout cour*. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----
Segunda ronda, há intervenções? Penso que não. -----
Então, iríamos votar o Ponto n.º 4. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de

14,
Pedro
M.

setembro, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor, 6 votos contra (dos deputados José Manuel Rodrigues Aires; Altina da Glória Lopes Pinto; Diana Margarida Madaleno Cabeleira; Diogo Miguel Tomás de Oliveira; Luís Miguel Lopes; António Júlio Andrade) e 2 abstenções (dos deputados Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos e Luiz Marcelino Lopes) **aprovar a “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sra. Deputada. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Podia entregar, mas escrevi à mão, e podem não perceber a minha caligrafia. Para a próxima entrego em suporte informático. -----

-----**Declaração de Voto**-----

Votei contra, face à crise inflacionista provocada por um conjunto de fatores, os preços da energia alastram a todos os setores da economia e provocam a maior inflação das últimas décadas. Esta realidade, conjugada com o aumento das taxas de juro, está a provocar um corte substancial nos rendimentos de empresas e famílias. O próprio Banco Central Europeu admitiu já uma recessão global, que não poupará em particular as famílias, devido à subida acentuada nos créditos de habitação. -----

Assim, e no sentido de estar ao lado das famílias e empresas num cenário de subida do custo de vida, devolvendo-lhes rendimento disponível, proponho para o ano de 2023 a suspensão da cobrança de rendas municipais, complementando os apoios que estão a ser atribuídos pelo Governo, isenção das taxas de participação de vendedores ambulantes e feirantes, redução da taxa de participação no IRS para 2,5%, abdicando assim o Município da receita a favor dos municípios – atualmente em Moncorvo a taxa máxima é de 5%, não devolvendo qualquer valor aos cidadãos. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. -----

Quanto à questão levantada, eu vou ver o Regimento, darei uma resposta durante a sessão. ---

PONTO 5 — TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - PERCENTUAL A APLICAR EM 2023. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

M.
Pedro
M.



-----O Presidente de Mesa: E dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Mantém-se exatamente o proposto para 2022, que é a Taxa de Passagem de 0,20% para as empresas que utilizem o subsolo em Torre de Moncorvo. -----

-----O Presidente de Mesa: Intervenções relativamente ao Ponto n.º 5? Não há inscrições. ----
Passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 25 votos a favor e 3 abstenções *(dos deputados Luís Miguel Lopes, Sílvia Santos e Diana Cabeleira)* **aprovar o “percentual a aplicar relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,20% para vigorar em 2023”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2022. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Eu penso que ainda estarão aqui alguns Srs. Deputados, quando fizemos a suspensão do saneamento financeiro, que me comprometi a trazer, mesmo não sendo obrigatório, quer o Ponto n.º 6, quer o Ponto n.º 7, o relatório de acompanhamento referente ao primeiro semestre de 2022, e também o relatório semestral de acompanhamento ao Plano de Saneamento Financeiro. -----
Como nós estamos com o saneamento financeiro suspenso, não são documentos que tenham que vir à Assembleia Municipal. De qualquer forma, e como são para conhecimento, o Executivo trá-los sempre aqui, para os Srs. Deputados terem conhecimento deles, não sendo para votação.-----

12
Rede
M

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Conforme referido no relatório de acompanhamento semestral, nos termos legais e regulamentares, procedeu-se à análise das contas do primeiro semestre de 2022, com o objetivo de interpretar a evolução dos principais agregados económico-financeiros, de forma a apresentar-se uma análise mais detalhada da situação financeira e patrimonial do Município. --- Tendo por base o manual de procedimentos e do funcionamento do sistema de controlo interno do Município, verificaram-se quais as medidas que estão a ser aplicadas, e aquelas que apresentam deficiências. No relatório em questão consta que, de acordo com os testes de conformidade que foram realizados, foram elencadas duas áreas que apresentam insuficiências ao nível do controlo interno. -----

Antes de mais, pergunto: Sr. Presidente, é estrela o suficiente para definir o que é que é um teste de conformidade? -----

Em segundo lugar, pergunto: Sr. Presidente, o senhor desvaloriza um passado de conhecimento adquirido enquanto auditor financeiro; mas, então, já que a estrela aqui é o Sr. Presidente, questiono-o por que é que existem instituições bancárias onde o Município tem mais de uma conta, e na contabilidade não aparecem individualizadas por subconta. -----

O Sr. Presidente sabe que a transparência e a ética devem estar sempre presentes, de forma a ser possível emitir-se um parecer sobre as contas? Sr. Presidente, será que é estrela o suficiente para obter um sistema de informação sujeito a permanente atualização, nunca se esquecendo que deverá ser complementado com o procedimento de controlo de inspeção física, de forma a que o controlo e a salvaguarda dos ativos sejam garantidos? -----

Eu sei que o Sr. Presidente, apesar de advogado, não gosta de leis ou de normas, mas como lhe disse na primeira Assembleia Municipal, ninguém está acima da Lei, nem mesmo o Sr. Presidente. E de acordo com a ISA 265, comunicar deficiências no controlo interno aos encarregados da governação e à gerência, existe uma deficiência no controlo interno quando um controlo é concebido, implementado ou operado de tal forma que não consegue evitar ou detetar e corrigir em tempo oportuno distorções nas demonstrações financeiras, ou não exista um controlo que seria necessário para evitar ou detetar e corrigir em tempo oportuno distorções. --- Adicionalmente, define-se como deficiência significativa no controlo interno uma deficiência ou combinação de deficiências no controlo interno que no julgamento profissional do auditor assumem importância para merecer a atenção dos encarregados de governação. Sr. Presidente, será que podemos afirmar que estas insuficiências ao nível do controlo interno foram propositadas, de forma a existirem distorções nas demonstrações financeiras? -----

M.
Pedro
M.

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Diogo Oliveira. Sr. Deputado Luís Dias. ---

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, os conselhos da sociedade revisora oficial de contas Fernando Peixinho & José Lima falam que há duas mudanças que têm de ser feitas. Numa delas é específico, porque requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização, que deverá ser complementado com procedimento de controlo / inspeção física. Mas, também diz que o aumento do ativo corrente foi razoável, influenciado por crescimento dos meios financeiros, e também diz que houve uma diminuição do endividamento – ou seja, do passivo. Ou seja, a tendência das boas contas está validada, neste caso, pelo revisor oficial de contas. -----

Eu gostava de saber se o Sr. Presidente vai tomar em consideração estes apontamentos que o revisor enviou, para mudanças para melhorarmos o nosso sistema. E graças a este relatório – que antes não existia – temos a transparência suficiente para avaliar os problemas dos procedimentos internos, e a partir daí alterá-los. Eu gostava de saber se o Sr. Presidente vai tomar em conta essas considerações. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado aos Srs. Deputados que colocaram as questões. -----

Eu já uma vez disse ao Sr. Deputado Diogo Oliveira o que é que era sobre as palavras que ele empregava aqui, de uma forma grosseira, e que só podem ser imputáveis a ele próprio, por falta de educação, porque se lesse atentamente aquilo que pensa que sabe, mas que não sabe, bastava andar duas linhas para a frente, e dizer o que diz o ROC, que tem mais experiência do que o senhor tem – porque eu estive a fazer as suas contas, o senhor diz que tem vinte e oito anos, e que tem uma série de anos, muitos anos, na principal auditora nacional, não nos disse era a fazer o quê. E vinte e oito, se terminou com vinte e dois ou vinte e três, devem ter sido imensos anos desde estagiário até *partner sénior* – devem ter sido imensos. Deus queira que não tenha sido a contar outra coisa qualquer. -----

Mas, bastava andar um bocadinho para a frente e ser coerente, responsável, e estivesse aqui para cooperar em termos de verdade, e leria uma coisa tão simples, que apesar das várias contas, diz o revisor oficial de contas: *“Não obstante, reconciliámos individualmente cada uma das contas bancárias.”* -----

Redu
M

E, Sr. Deputado, se estivesse à frente de um órgão autárquico – que eu acho que nunca irá estar, sinceramente; eu não faço prognósticos, mas acho que nunca irá estar – veria que sempre que tiver uma candidatura com fundos europeus, tem que ter uma conta associada a essa candidatura. Percebe, Sr. Deputado? Por isso é que cada candidatura tem uma conta autónoma, que é por onde saem os pagamentos. Era tão simples perguntar o porquê destas contas, em vez de vir logo atirar pedras, dizer que há fraudes, e que as deturpações são originadas pela Câmara para esconder. -----

Eu, há bocadinho, pensei que o senhor tivesse percebido aquilo que lhe falei sobre o aviamento e sobre orçamentos que são dados, e depois as contas não batem certo – pensei que o senhor tivesse percebido, mas não percebeu. E, portanto, chama-se a isso a responsabilidade e a confiança do comércio jurídico. Mas, o senhor vai perceber onde é que nós vamos chegar. Mas, como não lhe quero tirar o estrelato de vir para aqui dizer aquilo que pensa, e aquilo que pensa que diz, mas não diz o que pensa, eu vou deixá-lo estar neste palco sempre a dizer o que quiser, porque é a sua larga e grande experiência contra a pequena experiência de um professor universitário, que escreve e que não tem medo de assinar um relatório. -----

Mas, vou dizer-lhe mais: sabe que nós deixámos de ter fichas da DGAL a dizer “excesso de endividamento financeiro”, “não cumpre os valores dos financiamentos”, “não consegue ir a candidaturas”. Isso terminou, Sr. Deputado. -----

E vou dizer-lhe uma coisa que também o devia orgulhar, que foi o Concelho de Torre de Moncorvo ter ficado em sexto lugar ao nível da execução de fundos europeus pelo PO Norte, em décimo quarto a nível nacional, auditados no relatório anual dos auditores de contas. Isso é que o devia deixar orgulhoso. Mas, provavelmente, não leu, não viu e nem sabe o que isso é. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Relativamente ao Ponto n.º 6, segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

É engraçado que sempre que o questiono, sou grosseiro. Mas, pergunto-lhe: a minha função não é questioná-lo? -----

E mais uma coisa que é importante elencar aqui é que eu não lhe fiz nenhuma acusação, apenas lhe coloquei uma questão, e o Sr. Presidente, se achar bem – porque às vezes também contorna as questões e responde se lhe apetecer – responde às minhas questões. Apenas lhe coloquei questões. -----

Sr. Presidente, conforme estava a dizer, o senhor é uma máquina na fuga às questões. Mas, em

ata não ficam só as questões que eu fiz, mas também as não respostas conclusivas que o Sr. Presidente não sabe dar. -----

Sr. Presidente, tendo em conta que foi o povo que o elegeu enquanto Presidente deste Município, pergunto-lhe como consegue assinar de cruz algo que nem o Sr. Presidente consegue explicar? No entanto, tenho mais algumas questões a colocar. -----

Neste relatório, apenas surgem valores ou números. Sr. Presidente, para mim, números são números, e por isso pergunto-lhe: se entregar só um quadro com números e comparativos, em que as únicas análises eram "para o mesmo período houve um aumento" ou uma diminuição, em que o saldo da rubrica é XPTO, ou é de Y euros, isso dizia-lhe alguma coisa? Enquanto Presidente do Município, não acha fundamental perceber, dentro de cada sub-rubrica, o que compõe um determinado saldo? -----

Para mim, quadros com números são apenas quadros com números. Aquilo que é atribuído à entidade das contas é o seu conteúdo. Por isso, pergunto-lhe: o que compõe o saldo da rubrica "ativos fixos tangíveis"? Devido a que razão houve uma diminuição de quase 80.000€ na rubrica anteriormente mencionada? Por que é que a classe 1 sofreu um aumento de cerca de 600.000€? Relativamente à evolução dos gastos e rendimentos, em que houve uma variação de 13,33% relativamente ao período homólogo, sendo que houve uma variação com um aumento de mais 400.000€ na rubrica de outros rendimentos, Sr. Presidente, o que se encontra dentro desta rubrica? Pergunto isto porque se nas outras não diz nada, então em rubricas de "outros", é muito subjetivo. -----

O Sr. Presidente não se preocupa em obter respostas a estas questões? -----

Refiro o mesmo relativamente aos gastos. Sr. Presidente, à medida que corro o relatório, mais incrédulo fico. Repare nisto: no quadro de comparação entre o E-Fatura vs. SNC-AP, percebe-se que existem diferenças na casa de 1.000.000€. Sr. Presidente, sem chutar a bola para o lado, uma vez mais pergunto-lhe a que se devem estes desvios. -----

Sr. Presidente, sei que não pertence à área financeira, mas é verdade que é responsável pelo pelouro da gestão financeira. Então, Sr. Presidente, como consegue liderar um pelouro deste género se o Sr. Presidente não sabe responder a uma única questão? -----

E, Sr. Presidente, para mais um esclarecimento, enquanto auditor financeiro, não era estagiário.- O único local onde sou estagiário é na Ordem dos Economistas, que sou economista estagiário.- Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

14.
Pedro
M.



-----**O Deputado Luís Dias:** O Sr. Presidente pode não perceber nada de finanças, mas que tira o Município de uma dívida de 20.000.000€ e passou para 6.000.000€, acho que isso é muito boa gestão, e parece perceber de finanças. -----

Mas, eu só queria ler aqui, na análise económica e financeira – porque isto não foi só se a rubrica subiu, se desceu – diz: *“Moncorvo mantém os indicadores de equilíbrio financeiro posicionados dentro dos limites considerados normais para a manutenção do normal funcionamento da atividade financeira do Município e da sua sustentabilidade.”* Se um revisor diz isto... -----
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. ----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Sr. Deputado, quando tomámos posse – e é uma coisa que eu gostava de dizer, e que vem aqui no relatório, o Sr. Deputado diz como é que eu conseguia assinar – foi isso que disse, não foi? É que às vezes não é perceptível. Como é que eu conseguia assinar o relatório, penso que foi isso que disse o Sr. Deputado. Como eu andei aqui para a frente e para trás, no Ponto n.º 6, a ver onde é que assinava, agora já é um problema oftalmológico, que penso que seja meu – é que não tem uma única assinatura minha o Ponto n.º 6. Para bom entendedor, meia palavra basta, quer dizer que quando entrámos tínhamos uma dívida de 880.000€ à ADSE, que foi paga em dez meses de prestações de 80.000€ por mês, e que agora diz aqui que os impostos estão todos em dia. O senhor não tinha isto antes. -----

Mas, mais, fez uma pergunta que nem vale a pena, por causa do E-Fatura e do SNC-AP, leia com atenção, leia, que diz lá: *“Dos testes de correlação entre as declarações periódicas do IVA e as informações reportadas via E-Fatura para a Autoridade Tributária, verificamos as diferenças acima identificadas...”*, que estão no quadro. Depois, diz assim: *“Apesar de em termos de IVA liquidado as diferenças serem de reduzido valor, já em relação aos montantes faturados, são de elevado valor, pelo facto de haver operações que não são sujeitas ao envio através ??? mensal da faturação, mas obrigatórios para efeitos de inclusão nas declarações do IVA, operações isentas e não isentas.”* -----

Penso que o Sr. Deputado conseguirá, com um mínimo de atenção, perceber o que está aqui escrito. Portanto, está respondida a sua grande questão, que como todas elas, é um grão de areia que nem significado tem para esta Assembleia Municipal. -----

E mais, quando o senhor põe em causa a honestidade deste Executivo, quando o senhor põe em causa se estão feitas as coisas de forma aberta ou obscura, eu respondo-lhe desta forma: eu não era obrigado a trazer estes relatórios, e trouxe-os para o senhor ter conhecimento. Só

lh.
Pedro
M.



isto responde às suas questões, e deveria fazê-lo refletir sobre as suas intervenções, e a forma como o faz perante esta audiência. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, **apreciou e tomou conhecimento do "Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2022"**.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Diogo Oliveira** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se o Sr. Presidente quer dizer alguma coisa. Srs. Deputados, alguém quer intervir? -----
Faça favor, Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Só um esclarecimento, e para que perceba, eu li o relatório e sei perfeitamente o que estava dito nas linhas seguintes, mas como grande parte das vezes eu lhe coloco questões do foro financeiro e o Sr. Presidente não sabe responder a nenhuma, podia ser que soubesse responder a uma, que pelo menos estivesse explanada no próprio relatório, daí a minha pergunta. -----
O Sr. Presidente recomenda-me fazer o trabalho de casa, mas o Sr. Presidente é que não faz o seu. Repare, olhe, por exemplo, para o quadro presente na pág. 6 do documento. Pergunto-lhe: onde se encontra explicado o que significa a variação negativa de cerca de 77.000€ na rubrica de ativos fixos tangíveis? -----
No entanto, Sr. Presidente, visto que eu me armo em estrela, e o Sr. Presidente é que é a estrela, brilhe lá e justifique-me o seguinte: variação na rubrica de ativos fixos tangíveis, variação em inventários, o que se encontra disposto na rubrica de fornecimentos e serviços externos, por que razão existe uma variação tão significativa em gastos com pessoal e em fornecimentos de serviços externos. -----
Obrigado. -----

Edm
M.



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Presidente da Câmara. ----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, se for ao relatório de acompanhamento referente a este semestre, há de ver que diz assim uma coisa: *“Relativamente aos gastos, registou-se um aumento de valor de 861.462€, o que corresponde a um aumento de 16,7%, sendo a rubrica 63, “Gastos com pessoal”, a que registou o maior aumento face ao período homólogo de 2021, no valor de 511.482,92€ - ou seja, mais 30,55%.”* Só que os livros e os relatórios não servem para ser fechados; depois, devia ir à pág. 13 do relatório semestral de acompanhamento, e diz: *“Gastos com pessoal...”* – que foi uma das perguntas que fez – *“... De acordo com a evolução constante da demonstração dos resultados de gastos com pessoal, tiveram um aumento de 511.482€.”* Mas, depois tem que ir ver que isto é o relatório de acompanhamento do plano de saneamento financeiro, não é um relatório de atividade nem de prestação de contas, que essa há de ser em abril. E o que diz é: *“Com relação ao montante previsto no plano de saneamento financeiro, verificou-se um desvio para menos...”* – ou seja, *estamos a gastar menos do que era previsto em 2009 – vejam bem, em 2009, quanto é que não seria hoje – “... de 129.360€. Quanto às transferências e subsídios, teve uma diminuição de 134.000€, e nos fornecimentos externos, verificou-se um aumento relativamente ao período homólogo”,* porque estamos em fecho de candidaturas, e, portanto, de muito mais procedimentos. -----

É tão simples quanto isto, bastava perceber e ler o que está escrito. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, alguém pretende inscrever-se? Penso que não. --
Antes de passar ao ponto seguinte, a propósito da questão há pouco levantada pelo Sr. Deputado Luís Dias, o CPA está igual ao Regimento da Assembleia Municipal, e não diz se é oral ou se é escrito. Diz assim: *“Os membros do órgão colegial podem fazer constar da ata o seu voto vencido, enunciando as razões que o justifiquem.”* Não diz depois se é oral, se é escrito. Nem toda a gente lê as atas, não é por mais um minuto ou menos um minuto que vem mal. Têm acesso às atas, que elas também estão publicadas – pode ser com algum atraso, mas são publicadas no portal. -----

Tem toda a razão Sr. Deputado José Aires, eu só estava a ver o art.º 44.º, mas tem razão, o art.º 30.º responde a essas questões todas. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do mesmo Regime, **apreciou**

lh.
Cede
M.



e tomou conhecimento do “Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

----- **O Presidente de Mesa:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Como é normal, as propostas de repartição de encargos vêm sempre com o orçamento, em dezembro. Esta proposta de repartição de encargos tem a ver com uma candidatura que foi aprovada, tem a ver com a modernização das instalações de ensino de atividade física da Escola Visconde Vila Maior, e, portanto, são oito meses em que a obra irá decorrer. -----

Sendo assim, e como está para visto do Tribunal de Contas, nós tivemos que fazer aqui a repartição de encargos, porque não vai acabar no mesmo ano civil. E a proposta que é feita é, para 2022, assumir um encargo de cerca de 424.000€, e de janeiro a junho, assumir um encargo com esta obra de 609.000€. -----

O por quê de vir aqui, podia vir em dezembro, nas repartições de encargos normais, mas como o termo de aceitação veio já, nós temos que enviar a repartição de encargos para o Tribunal de Contas. Só por isso é que veio agora, e são os montantes por que foi adjudicada, com o concurso público que foi feito pela Câmara Municipal. -----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Passamos, então, às intervenções. Sr. Deputado José Aires, penso que é o único. -----

Faça favor, Sr. Deputado. -----

----- **O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente à repartição de encargos que estamos aqui a discutir no Ponto n.º 8, colocar algumas questões ao Sr. Presidente do Município, nomeadamente quanto aqui à verba a repartir, prevê-se aqui – pelo que eu consigo verificar no documento – que em 2022 vão ser executados 424.528,30€. Sendo que estamos a cerca de três meses, noventa dias, e a obra ainda não iniciou, se acha realista ser executado neste sentido este valor, visto até aquelas questões que tem alegado, nomeadamente que resultaram da pandemia e da guerra, na dificuldade de

1/4
Pedro
M

obtenção de materiais e de mão de obra por parte das empresas, e qual é que foi o método que levou a que o valor fosse repartido desta forma? -----

É a minha questão. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

O método foi técnico, mediante o cronograma que o empreiteiro é obrigado a enviar para o Tribunal de Contas. E, portanto, foi aí que se baseou o montante, no cronograma de obra do próprio empreiteiro que ganhou o concurso público. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Mais alguém pretende intervir agora, na segunda ronda? Não há inscrições. -----

Passamos, então, à votação do Ponto n.º 8. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 19 votos a favor, 6 abstenções (dos deputados José Manuel Rodrigues Aires; Diana Margarida Madaleno Cabeleira; Diogo Miguel Tomás de Oliveira; Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; Luís Miguel Lopes; António Júlio Andrade) e 1 voto contra (da deputada Altina Lopes Pinto): -----

“Aprovar a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao Plano Plurianual de Investimentos N.º 2021/II/13 - Requalificação e Modernização das Instalações do Ensino da Atividade Física da Escola Visconde Vila Maior, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos seguintes termos:-----

Repartição de encargos: 2022: 424.528,30€ e 2023: 609.524,87€”. -----

Nota: a estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados: Luís Dias e Luiz Marcelino Lopes.* -----

11
Rede
M.



PONTO 9 — PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, ou Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Bom dia a todos, espero que se encontrem bem. -----

Este assunto já veio aqui à Assembleia Municipal. Entretanto, houve o que está disposto na Lei, consulta pública, da qual se elaborou o presente relatório da consulta pública. E por isso, dado o assunto já ser recorrente, eu entrego à discussão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----

Então, quanto ao Ponto n.º 9, quais são os Srs. Deputados ou Sras. Deputadas que pretendem intervir? Não há inscrições. -----

Vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos n.º 10 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade) **aprovar o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI Torre de Moncorvo 2022-2031”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados: Francisco Roque Braz, Pedro Carrasqueira; Luís Dias; José Aires e Luiz Marcelino Lopes.* -----

14
Rebo
M

PONTO 10 — PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SELEÇÃO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Trata-se de uma questão meramente formal. Este concurso já veio aqui, como sabem. Entretanto, o procedimento desenvolveu-se e um candidato é familiar de um dos elementos que foi designado aqui pela Assembleia, e, portanto, veio pedir escusa. Temos que novamente nomear um elemento do júri. -----

É só isto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão aqui os dados. Quem pretende intervir? Está aqui projetada a substituição, penso que não há dúvidas quanto a essa situação. -----
Não há intervenções? Passamos à votação do Ponto n.º 10, Proposta de Substituição de Elemento de Júri do Procedimento Concursal para Seleção de Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau. Têm aqui os nomes, e vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor e 8 abstenções (dos deputados José Manuel Rodrigues Aires; Altina da Glória Lopes Pinto; Diana Margarida Madaleno Cabeleira; Diogo Miguel Tomás de Oliveira; Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; Luís Miguel Lopes; António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes), **aprovar a “substituição do elemento do júri proposto para o respetivo procedimento”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

lh
Pedro
M.



PONTO 11 — PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE DE 3.º GRAU. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Como sabem, o dirigente de 3.º grau que estava na Câmara de Moncorvo pediu a mobilidade para Vila Flor, e portanto, deixou aqui o lugar em aberto. E como é competência da Assembleia Municipal designar o júri, é o que se propõe à Assembleia, com os nomes que aqui os serviços trouxeram para vosso conhecimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Os nomes estão aqui, e está aberto o período de intervenções. Quem pretende pronunciar-se? Não há inscrições. -----

Sendo assim, passávamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor e 8 abstenções (*dos deputados José Manuel Rodrigues Aires; Altina da Glória Lopes Pinto; Diana Margarida Madaleno Cabeleira; Diogo Miguel Tomás de Oliveira; Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; Luís Miguel Lopes; António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes*), **aprovar a “designação do júri proposto para o respetivo procedimento”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 — AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS PARA O MANDATO 2021-2025. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor de se pronunciar. -----

14.
Bdo
f.01.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Obviamente que este assunto interessa a todos os Srs. Deputados, mas interessa mais aos Srs. Presidentes de Junta. -----

Com os contratos interadministrativos que fizemos, e com a assunção de responsabilidades pela descentralização que algumas Juntas aqui também fizeram, nós temos dois sistemas. O que não temos ainda, de forma a conseguirmos que todas elas estejam de igual forma abrangidas, tem a ver com a possibilidade de, em vez das transferências que fazemos para as Juntas de Freguesia, podermos também fazer – e todos sabem aqui que isto é feito – podermos fazer em termos de espécie, seja com uma carrada de paralelos, seja com cimento, o que seja. A ideia é cada Junta, conjuntamente com a Câmara, protocolar na obra que está a decorrer, não só em termos financeiros, mas em termos de espécie, para poder ficar, quer na Junta de Freguesia, quer na Câmara Municipal, o que é que saiu para cada obra, e isso corresponder também, em termos do SNC-AP, ao controlo de custos. Tão simples quanto isto. -----

E o que se traz aqui é uma proposta de minuta de protocolo, para ser aprovada na Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Vamos, então, às intervenções. Não há intervenções. -----
Sendo assim, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar a “autorização genérica de concessão de apoio às freguesias para o mandato 2021-2025”**.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 13 — ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

M
Eda
M



-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Normalmente trazemos este ponto em dezembro, na Assembleia de dezembro, que é a previsão das necessidades que temos com o quadro de pessoal. Para evitar que houvesse a repetição outra vez do quadro de pessoal em dezembro, e fruto de uma necessidade que temos, para breve, que era a inclusão da possibilidade de abrir concurso para a contratação de uma terapeuta da fala, aproveitámos e fizemos as previsões de necessidades de correção do Mapa de Pessoal, com aquilo que prevemos que possa vir a ser, decorrente do ano de 2023, as necessidades identificadas pelo Executivo. -----

Portanto, deixo à vossa consideração. Queria era chamar à atenção, se não se importarem, porque há um erro aqui de cariz administrativo, que aquilo que foi à reunião de Câmara, já correta, e com certeza com a pressa dos serviços, porque também foi muito perto da reunião de Câmara com a Assembleia Municipal, e a introdução dos documentos, foram introduzidos os documentos que depois, posteriormente, foram corrigidos e foram levados a reunião de Câmara, e que foram aprovados, e não é o que se reflete naquilo que vos foi enviado a vós. E a única correção que há é que no subtotal dos dirigentes, onde está "7-6-1", que creio que é o que está nos vossos documentos, é "7-7-0", o que depois vai refletir, evidentemente, nos subtotais e no total do documento. -----

Queria, portanto, pedir desculpa por essa incorreção que aí está, e que, efetivamente, aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara, e que devia constar aqui no documento, é o total de sete ocupados, e vagos, zero. É a única alteração, que se refletiu na reunião de Câmara, e foi corrigido a tempo, e foi a reunião de Câmara e aprovado, mas este documento já estava introduzido aqui para a Assembleia, para adiantar serviço, e não foi feita a correção, pelo que se pede desculpa por os serviços não a terem efetuado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, passávamos às intervenções no Ponto n.º 13. Quem Não há inscrições. -----

Passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 21 votos a favor e 7 abstenções (*dos deputados José Manuel Rodrigues Aires; Altina da Glória Lopes Pinto; Diana Margarida Madaleno Cabeleira; Diogo Miguel Tomás de Oliveira; Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; Luís Miguel Lopes e António Júlio Andrade*), aprovar "**a alteração ao Mapa de Pessoal**". -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há público. -----

Eu iria passar à leitura da minuta da ata. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, e continuação de um bom dia para todos. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Fernanda Silva)